

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E
FINANÇAS EMPRESARIAIS

**ACTIVOS INTANGÍVEIS NUMA EMPRESA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSIÇÃO DO
POC PARA SNC**

Por

Ana Isabel Franco Correia (n.º 37236)

Orientação:

Doutora Cristina Gaio Silva Martins da Silva

Júri: Mestre António Carlos de Oliveira Samagaio

Professora Doutora Cristina Gaio Silva Martins da Silva

Professora Doutora Maria João Coelho Guedes

Junho/2011

Resumo

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) enquadra-se na estratégia da União Europeia e na necessidade de procurar a harmonização contabilística que promova uma maior integração no mercado único europeu. Neste trabalho de projecto pretende-se analisar as principais diferenças qualitativas e quantitativas entre o novo sistema de normalização contabilística e o plano oficial de contabilidade (POC) no tocante aos activos intangíveis de uma empresa de serviços. Em termos qualitativos, a transição para o novo sistema contabilístico reflectiu-se em mudanças significativas na definição, reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos intangíveis. O impacto de adopção do novo sistema contabilístico aos activos intangíveis da empresa estudada, concretamente nas carteiras de clientes adquiridas, foi sobretudo no cálculo da vida útil estimada, que deverá passar de 5 para 12 anos. Este ajustamento, conjuntamente com o desreconhecimento de cerca de 38 % dos contratos de manutenção em elevadores, teve um impacto de 2.790.307,92 euros no valor total do activo intangível e cerca de 741.410,65 euros no capital próprio.

Palavras-Chave: Sistema de Normalização Contabilística, Plano Oficial de Contabilidade, Activos intangíveis, NCRF 3, NCRF 6

Abstract

The System Accounting Standards (SNC) fits into the European Union's strategy and into the need to seek accounting harmonization to promote a greater integration into the European single market. This work project aims to analyze the main key qualitative and quantitative differences between the new accounting standard system and the Official Accounting (POC) on what concerns the intangible asset of a services company. In qualitative terms, the transition to a new accounting system was been reflected in significant changes in the definition, recognition, measurement and disclosure of intangible assets. The new accounting system's impact on the intangible asset in the company that was object of study, to be more specific in the client portfolios, was mainly noted when someone calculates the useful life average, which should rise between 5 to 12 years. This sort of agreement, plus with the derecognition of about 38 % of elevators maintenance contracts, had an impact of 2.790.307,92 Euros in the total amount of the intangible asset and about 741,410.65 Euros in the company's equity.

Keywords: System Accounting Standards, the Official Accounting, Intangible Assets, NCRF 3, 6 NCRF

Índice

1. Introdução.....	1
2. Recursos Intangíveis	4
3. Enquadramento normativo dos Activos Intangíveis	10
3.1 A adopção do SNC e a aplicação pela primeira vez das NCRF	10
3.2 Principais diferenças entre o POC e a NCRF 6 nos Activos Intangíveis	15
3.3 Reconhecimento de Activos Intangíveis	22
3.4 Tratamento fiscal dos Activos Intangíveis	25
4. Revisão de Literatura	28
4.1 Impacto das normas internacionais de contabilidade nas demonstrações financeiras...	28
4.2 Activos Intangíveis	30
5. Aplicação prática dos Activos Intangíveis numa empresa de prestação de serviços	38
5.1 Apresentação da empresa	38
5.2 Identificação dos Activos Intangíveis da empresa	40
5.3 Elaboração do Balanço de Abertura da empresa	44
5.3.1 Reconhecimento/Desreconhecimento Activos Intangíveis no Balanço de Abertura	44
5.3.2 Reclassificação dos Activos Intangíveis no Balanço de Abertura.....	48
5.3.3 Mensuração dos Activos Intangíveis no Balanço de Abertura	48
5.3.4 Alteração da estimativa de vida útil dos Activos Intangíveis	49
5.3.4.1 Estimativa da vida útil das carteiras de clientes	49
5.3.4.2 Análise vida útil de 12 anos às carteiras de clientes da empresa em 30/11/2009 ..	51
5.3.4.3 Impacto no Balanço de Abertura da empresa.....	53
5.3.4.4 Impacto no Balanço à data de relato das últimas demonstrações financeiras POC55	
5.4 Divulgação no anexo às demonstrações financeiras.....	57
6. Conclusão	60
7. Bibliografia.....	62

1. Introdução

Desde os primórdios que a contabilidade vem sofrendo alterações. É uma realidade em constante mudança. Com a crescente globalização económica e financeira tornou-se fundamental promover também a globalização contabilística. Nesse sentido, quer o *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) quer a União Europeia (UE), tem desempenhado um papel fundamental no processo de harmonização contabilística internacional.

A nível nacional, o POC tornou-se insuficiente para as empresas com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, e necessitava claramente de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspectos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração e conceito de resultados.

O novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) entrou em vigor, após aprovação do Decreto-Lei (DL) n.º 158/2009, de 13 de Julho, no primeiro exercício que se iniciou em/ou após 1 de Janeiro de 2010, e visa sobretudo a harmonização e modernização contabilística com a UE.

De acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), as empresas deverão elaborar um balanço de abertura com referência a 1 de Janeiro de 2009, uma vez que as demonstrações financeiras de 2010 deverão apresentar o comparativo de 2009. Desta forma, será sobre esse balanço de 1 de Janeiro de 2009 que deverão ser efectuados os ajustamentos de transição preconizados pela norma.

Com este trabalho pretendo analisar uma das rubricas mais afectadas com a mudança de normativo, os Activos Intangíveis. Apesar do seu inquestionável papel como um dos principais determinantes do valor das empresas, os princípios e normas contabilísticas não permitem reflectir essa sua preponderância devido aos restritivos e exigentes requisitos estabelecidos pelas normativas vigentes. De facto, os intangíveis são normalmente apontados como um dos principais responsáveis pela diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado das empresas. Nomeadamente, as capacidades e conhecimento dos recursos

humanos, o desenvolvimento de novas tecnologias, marketing, relação com clientes e fornecedores e imagem de mercado.

Dentro dos recursos intangíveis, existe um elemento difícil de avaliar e que é fundamental no sucesso das empresas, a sua carteira de clientes. A riqueza e diversidade de clientes são fundamentais diminuindo muito o risco do negócio, o que se traduz numa maior segurança e estabilidade para a empresa.

Assim, este trabalho tem dois objectivos principais. Primeiro, analisar as principais diferenças entre o normativo contabilístico anterior e o novo sistema contabilístico relativamente aos activos intangíveis e segundo, quantificar o impacto dessas diferenças, através de um estudo prático numa empresa portuguesa de serviços, a empresa ABC.

Os activos intangíveis são aqueles cuja identificação e mensuração é complexa, pois não lhes está atribuída uma substância física e possuem, um elevado grau de incerteza relativamente aos benefícios económicos futuros. Em relação ao anterior normativo (POC), o SNC introduz o conceito de justo valor¹ na valorização dos activos intangíveis, ou seja, os activos podem estar contabilizados ao valor de mercado em vez de estarem ao custo histórico, no entanto, tem de existir um mercado activo² (outros activos semelhantes no mercado). Irei apresentar outras diferenças no que concerne aos activos intangíveis, como a redução ou eliminação total do *goodwill*, despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento, assim como a possibilidade de utilização de uma vida útil indefinida, ficando estes, sujeitos a testes de imparidade.

Na aplicação prática na empresa ABC, analisei os procedimentos a efectuar no balanço de abertura relativamente aos activos intangíveis da empresa, as carteiras de clientes. A empresa apresenta um período económico diferente do ano civil, sendo a data de transição em 1/12/2009 e a data de relato das últimas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o POC em 30/11/2010.

¹ **Justo valor** é a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas (NCRF 6 - § 8).

² **Mercado activo** é um mercado no qual se verifiquem todas as condições seguintes: a) os itens negociados no mercado são homogéneos; b) podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender; e c) os preços estão disponíveis ao público (NCRF 6 - § 8).

Em termos de reconhecimento, as carteiras de clientes preenchem os requisitos para serem reconhecidas como Activos Intangíveis. A empresa deve no entanto proceder ao desreconhecimento dos contratos de manutenção rescindidos e que já não vão gerar *cash-flow* nem com o uso nem com a venda desses activos para a empresa.

Em termos de mensuração, a empresa seguia os critérios fiscais e amortizava as carteiras de clientes com base numa vida útil estimada de 5 anos. Assim, e de forma a seguir as orientações do novo normativo, elaborei um estudo para calcular a vida útil das carteiras de clientes com base na duração média dos contratos de manutenção, tendo chegado a um valor estimado de 12 anos.

O desreconhecimento dos contratos de manutenção já rescindidos e a alteração da vida útil de 5 anos para 12 anos provocaram um impacto positivo nos activos intangíveis de cerca de 99% e um impacto positivo nos capitais próprios de cerca de 1%.

Conclui deste estudo que, dada a sua natureza, o tratamento dos intangíveis é complexo e subjectivo não existindo muitas vezes consenso na melhor forma de o relatar contabilisticamente, o que pode tornar os recursos intangíveis das empresas difíceis de reconhecer, medir e divulgar nas demonstrações financeiras.

Relativamente à empresa ABC, a minha principal sugestão é que a empresa deve considerar uma vida útil estimada de 12 anos para as suas carteiras de clientes, uma vez que é o período médio dos contratos de manutenção e as empresas do grupo também o fazem, ou seja, utilizam em média uma vida útil de 10 anos.

Este trabalho de projecto é composto por 6 capítulos. Neste capítulo é feita a introdução. No capítulo 2, é apresentada uma breve revisão dos conceitos, classificações e formas de mensuração dos recursos intangíveis existentes na literatura. No capítulo 3, é feito o enquadramento normativo do tema, identificando as principais diferenças contabilísticas e fiscais entre o anterior e o novo sistema contabilístico. No capítulo 4, é efectuada uma breve revisão da literatura sobre a adopção das normas internacionais de contabilidade e os activos intangíveis. No capítulo 5, é apresentado o estudo prático na empresa ABC. Finalmente, no capítulo 6 são apresentadas as conclusões.

2. Recursos Intangíveis

Definições de Recursos Intangíveis

Durante as duas últimas décadas, o mundo mudou progressivamente para uma economia baseada no conhecimento, de rápidas transformações e tecnologia intensiva, na qual são essenciais os investimentos em recursos humanos, tecnologia da informação, investigação e desenvolvimento, publicidade, que se tornaram essenciais para manter a posição competitiva da empresa e garantir a sua viabilidade futura. (Cañibano, Garcia-Ayuso, e Sanchez (2000))

Lev (2003: 21) define os activos intangíveis como “fontes geradoras de valor (direitos sobre benefícios futuros) que carecem de substância física e são gerados por meio de inovação (descobrimento), desenhos organizativos únicos e práticas de gestão de recursos humanos”.

Navaza e Cabarcos (2007: 30-31) refere que “Os activos intangíveis, não possuem as qualidades dos activos tangíveis, visto que na maioria não são concretos, não são sempre transferíveis, existe dificuldade na sua identificação e a sua avaliação económica é complexa, sendo por isso, difícil determinar em que medida influenciam o resultado da empresa”.

Brennan (1992) refere que os activos intangíveis são o mais importante activo de médio e longo prazo, tal como as capacidades e conhecimento dos recursos humanos, o desenvolvimento de novas tecnologias, marketing, relação com clientes e fornecedores, imagem de mercado, apesar de, apenas indirectamente, se considerar o seu impacto na performance económica das empresas.

Categorias de Recursos Intangíveis

Marques (2009: 191) refere que, segundo vários autores os activos intangíveis podem ser classificados em três grandes áreas que são fontes primárias de valor para a empresa:

“Activos de competência individual – estes activos referem-se aos conhecimentos, educação, experiência, *know-how* e habilidades das pessoas que trabalham numa organização. Este conjunto de activos também denominado por capital humano não é propriedade da organização.

Activos de estrutura interna – estes activos referem-se à gestão e sistemas de direcção, à cultura da organização, aos métodos e procedimentos de trabalho, ao software, às bases de dados e à investigação e desenvolvimento (I&D). Este conjunto de activos é da propriedade da organização, podendo alguns deles ser objecto de protecção legal, tais como: patentes, propriedade intelectual, etc.

Activos de estrutura externa – estes activos referem-se às relações com fornecedores, carteira de clientes, acordos de cooperação e alianças tecnológicas. Este conjunto de activos é da propriedade da organização e podem ser protegidos legalmente, por exemplo: as marcas comerciais.”

Gomes, Serra, Ferreira (2005) afirmam que para a maioria dos autores, o capital intelectual divide-se em capital humano, capital estrutural e capital relacional. O capital humano é constituído pelo conhecimento acumulado, experiência, valores, cultura, capacidade de aprendizagem e inovação dos colaboradores da empresa, para desenvolver as actividades e tarefas propostas, e também para criar soluções óptimas para os clientes. O capital estrutural integra os activos intangíveis relacionados com a estrutura e os processos de funcionamento internos e externos da empresa, tais como, as tecnologias, inovações, dados, publicações, estratégia, cultura, sistemas, rotinas e procedimentos. O capital relacional é constituído pelo valor que as relações com o exterior têm para a empresa e integra os relacionamentos comerciais que a mesma estabelece com pessoas e outras empresas, tais como, a notoriedade da marca, a reputação, a lista de clientes, entre outros.

Reilly e Schweiss (1998) consideram os activos intangíveis de acordo com a sua natureza sugerindo a seguinte.

- Intangíveis relacionados com a tecnologia e a engenharia como são: as patentes e respectivas aplicações, a documentação técnica, os desenhos e projectos de engenharia. A sua relevância advém da capacidade técnica da empresa para explorar o seu conhecimento técnico.
- Intangíveis relacionados com os clientes, nomeadamente as listas de clientes, os contactos com os clientes, o relacionamento com os clientes, o que permite a algumas empresas tirar proveito desta informação de forma competitiva.

- Intangíveis relacionados com o capital humano como são os contratos com os empregados e a sua perspectiva de evolução futura.
- Intangíveis relacionados com o *marketing* que envolvem as marcas, as marcas registadas e os produtos cujo segredo impedirá que sejam copiados por outros ou cuja apresentação física ou estilo de embalagem permitirá o seu posicionamento.
- Intangíveis relacionados com a arte, sobretudo com os trabalhos literários, direitos de autor e composições musicais.
- Intangíveis relacionados com contratos, tais como acordos de licenças e de *franchising* que servem para que outros tenham o direito de utilizar e/ou explorar a propriedade intelectual originalmente detida ou criada pelo licenciador.
- Intangíveis relacionados com o processamento de dados de que são exemplos os programas de computador (*software*) que não têm consubstanciação física, mas cuja adequada utilização confere vantagens competitivas importantes.
- Intangíveis relacionados com o *goodwill*.
- Intangíveis relacionados com a locação como são os *leasings* e os direitos de exploração.

Por sua vez, Artola (1999) categoriza os activos intangíveis de acordo com o tipo de direito:

- Os que derivam da propriedade, que incluem os activos que garantem exclusivamente ao seu proprietário o direito de os explorar durante um período de tempo acordado e que englobam as marcas, as patentes e os direitos de autor.
- Os que derivam do direito de uso como são os contratos de fornecimento de materiais ou exploração de serviços.
- Os que derivam do relacionamento com terceiros.

Mensuração de Recursos Intangíveis

O sucesso das empresas depende muito dos seus activos intangíveis, tendo em conta os tempos actuais onde a informação tem um papel determinante na gestão das empresas, os antigos sistemas de medição começam a perder protagonismo, havendo um esforço na procura de novas metodologias e modelos que dotem as empresas de ferramentas mais eficazes na gestão do capital intelectual (Marques, 2009).

As organizações que investem forte em capital intelectual têm um valor agregado muito superior ao das organizações com investimentos em outros tipos de activos. Embora incorporado nas cotações de mercado, esse valor não encontra expressão nas tradicionais demonstrações financeiras, não sendo possível determinar o seu real valor.

A incerteza relativa à obtenção de benefícios económicos futuros e a inata dificuldade na sua mensuração levam muitas vezes a que, os activos intangíveis não sejam relatados nas demonstrações financeiras, aumentando assim a diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico. Esta diferença pode diminuir a relevância da informação contabilística para os mercados financeiros.

Russo (2006), refere que, existem três modelos principais para medir o capital intelectual das empresas que são o *Balanced Scorecard (BSC)*, o *Intangible Assets Monitor* e o *Navigator*. Segundo Navaza e Cabarcos (2007), refere que o *BSC* é um modelo que permite, por um lado a avaliação dos activos intangíveis e por outro, é um sistema de gestão que leva em conta os medidores financeiros e os medidores de capital intelectual.

Sveiby (2005) sugere pelo menos quatro categorias de metodologias de avaliação, tais como:

- *Direct Intellectual Capital Methods* no qual se apura o valor monetário dos activos intangíveis através da identificação dos seus vários componentes, atribuindo valor monetário a cada um dos activos determinados. Este método não permite, contudo, a percepção global dos activos intangíveis da organização, nem valoriza as sinergias entre eles. Para contornar este problema é aplicado um coeficiente de agregação.

- *Market Capitalization Methods* em que se calcula o valor dos activos intangíveis através da diferença entre o valor do mercado de capitais de uma companhia e os activos dos accionistas (*stockholders' equity*).

- *Return on Assets Methods* são métodos que quantificam monetariamente o valor dos activos intangíveis pelos resultados obtidos divididos pelos activos tangíveis descontando os custos.

- e finalmente o *Scorecard Methods* são métodos não monetários que procuram identificar os vários componentes dos activos intangíveis, permitindo a criação de indicadores e índices reportados através de *BSC*.

Grojer (2001) refere que, dado um universo de operações contabilísticas, o principal desafio é encontrar atributos adequados. Desta forma, o *BSC* é um ponto de partida como uma abordagem empírica e a outra abordagem é teórica, por exemplo as teorias de capital. A organização em categorias facilita a compreensão dos recursos intangíveis, na medida em que reúne um número relevante de atributos no mesmo objecto. Certamente, as categorias são reducionistas, mas permitem estabelecer uma ordenação qualitativa que possibilita o entendimento e a prática instrumental dos intangíveis.

Em termos contabilísticos, existem numerosos métodos e procedimentos para estimar valores para os intangíveis, que se podem sistematizar nas três abordagens seguintes: pelo custo, pelo valor de mercado e pelo valor económico.

A abordagem pelo custo integra tanto o custo histórico como o custo de reposição (ajustar os valores históricos a valores correntes). Na abordagem pelo valor de mercado, os valores a estimar para os intangíveis baseiam-se na análise e comparação das transacções ou licenciamentos (*royalties*) recentes para activos similares, procedimento que deverá ser complementado com uma avaliação das condições de mercado à data da valorização dos intangíveis e das alterações nas mesmas no período decorrido entre as transacções de referência e o momento da valorização. Finalmente, a abordagem pelo valor económico baseia-se no valor estimado do intangível que corresponde ao valor actual (ou valor presente) dos fluxos (ou benefícios) económicos que espera que o mesmo irá gerar para o seu proprietário (Brockington, 1995).

Os activos intangíveis são de difícil avaliação, uma vez que eles não criam valor por si só e advêm dos direitos de propriedade associados ao activo, por isso, só podem ser fielmente mensurados no contexto da organização e tendo em conta a estratégia global da empresa, bem como todos os outros activos tangíveis e intangíveis (Melymuka, 2004).

Segundo a IAS 38, as empresas podem optar pelo modelo de custo, baseado no custo histórico, ou pelo modelo de revalorização na mensuração subsequente dos activos intangíveis. No entanto, este último só deve ser utilizado se for possível determinar o justo valor com base num mercado activo.

Desta forma, o método da revalorização tem a grande desvantagem de implicar a existência de um mercado activo para se atribuir o justo valor, e para o caso dos activos intangíveis é extremamente complicado definir esse mercado, desincentivando a opção por este método (Garcia-Ayuso, 2003).

Brockington (1995) refere que a dificuldade em encontrar um mercado para os activos intangíveis leva à utilização de um outro método, o denominado Método do Rendimento Gerado. Este método baseia-se nas expectativas dos *cash flows* futuros que o activo poderá vir a gerar, tendo estes que ser estimados, quantificados e actualizados a uma taxa de actualização (que tem em conta o custo do capital investido), o que acaba por conferir um elevado grau de incerteza.

Mortensen Eustace e Lannoo (1997) referem que, a melhoria do sistema contabilístico passa pela divulgação de informação quantitativa desagregada sobre as despesas em intangíveis, sejam elas imputadas directamente a resultados ou capitalizadas. A capitalização dos activos intangíveis gerados internamente segundo regras de valorização bem definidas e que fossem aceites para este tipo de activos seria igualmente um passo importante na melhoria do sistema.

Para Alberto (2003) a emissão de normas ou directrizes sobre os métodos de valorização dos intangíveis e o recorrer a indicadores não financeiros com bases harmonizadas por detrás que permitisse a comparabilidade, seria primordial. Embora actualmente, o conhecimento dos intangíveis para fins internos, através dos indicadores não financeiros, constitui desde já uma vantagem competitiva com reflexos numa gestão empresarial mais eficaz.

3. Enquadramento normativo dos Activos Intangíveis

3.1 A adopção do SNC e a aplicação pela primeira vez das NCRF

Com o objectivo de impulsionar um mercado único e eficiente, a UE emitiu em Junho de 2000 uma Comunicação ao Conselho e Parlamento Europeu que se chamou «Estratégia da EU para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas» (CCE, 2000), na qual propõe que todas as empresas cotadas passem a elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas do IASB a partir de 2005.

Em 2002, a UE publicou o Regulamento CE n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 - Relativo à Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), que obriga, a partir de 1 de Janeiro de 2005, que as contas consolidadas das empresas cotadas sejam elaboradas de acordo com as normas internacionais.

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tem vindo a fazer um esforço por acompanhar a estratégia da União Europeia. Em 2004 publicou o DL n.º 88/2004, que estabeleceu as condições de aplicação do justo valor, transpondo a Directiva Comunitária n.º 2001/65/CE.

Mais recentemente, publicou o DL n.º 35/2005 que transpôs a Directiva 2003/51/CE, de modo a assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as Normas do IASB. O DL n.º 35/2005 também permite, em certas condições, a adopção do modelo IASB/UE nas contas individuais das entidades com valores mobiliários submetidos à negociação e nas contas individuais/consolidadas de outras entidades, desde que sujeitas à certificação legal de contas.

A preparação do SNC pela CNC adapta-se à estratégia da UE e à necessidade de procurar a harmonização contabilística que promova uma maior integração do mercado único europeu.

Em Julho de 2009 foi publicado o DL n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o SNC. A introdução deste novo sistema surgiu na sequência de orientações por parte da Comunidade Europeia com vista à harmonização contabilística entre os diversos Estados-Membros. Por outro lado, as exigências de um mercado cada vez mais global colocavam em causa o POC,

dado que o mesmo já não respondia às exigências dos utentes da informação financeira prestada pelas Empresas.

Tratando-se de um instrumento constituído por um conjunto de normas coerentes com as NIC emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards (IAS) / Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*) e com as actuais versões das quarta e sétima directivas comunitárias, representa desde logo um passo em frente no processo de harmonização contabilística.

A análise do DL n.º 158/2009 permite concluir que o âmbito de aplicação, a obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas, a dispensa de apresentação de contas consolidadas, as exclusões da consolidação e o inventário permanente não constituem diferenças relevantes para as regras preconizadas pelo anterior normativo.

Desde da introdução do POC em 1977, que não tínhamos uma mudança na normalização contabilística em Portugal como a de agora verificada com o SNC. Este veio trazer uma abordagem diferente e ambiciosa aos processos contabilísticos, baseado no modelo do IASB, revogando o POC e toda a legislação complementar.

Com a introdução do SNC passaram a existir quatro níveis de normalização em Portugal:

- 1.º Nível - adopção das normas IAS/IFRS adoptadas pela UE, sendo obrigatório às empresas cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro da EU
- 2.º Nível – regime geral aplicável à generalidade das empresas, que terão que aplicar as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) baseadas nas IAS/IFRS mas adaptadas à dimensão e nível de exigência de relato financeiro das empresas portuguesas.
- 3.º Nível – regime das pequenas entidades é aplicável às empresas não cotadas através da norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades, desde que não ultrapasse dois dos três limites³:

³ Total de rendimentos: 1.500.000 €; Total do balanço: 3.000.000 €; N.º. de trabalhadores: 50 (número médio durante o exercício).

- 4.º Nível – regime das microentidades que não integrem consolidação, não sujeitas a certificação legal de contas e não ultrapassem dois dos limites⁴ no exercício anterior:

As alterações para o novo sistema obrigam a um upgrade de todos os envolvidos no relato contabilístico, quer seja a nível de pessoal, quer a nível de sistemas informáticos e controlos de gestão e planeamentos praticados.

O SNC é composto pelos seguintes elementos:

- estrutura conceptual, conjunto estruturado de conceitos com o objectivo de ajudar à aplicação das normas e sua compreensão, no que diz respeito à preparação e apresentação de demonstrações financeiras, em tudo idêntica ao IASB praticado pela UE, que veio introduzir regras e princípios novos de base, que os
- modelos de demonstrações financeiras, formatos padronizados mas flexíveis para as demonstrações financeiras;
- código de contas que foi alterado em função das alterações introduzidas pelas NCRF. O código de contas contém o quadro síntese de contas, o código de contas (lista codificada de contas) e notas de enquadramento;
- NCRF que são uma adaptação das NIC adoptadas na EU, adaptadas ao tecido empresarial português. Cada uma delas é um instrumento de normalização onde, de modo desenvolvido, expõe-se os vários tratamentos técnicos a adoptar em matéria de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das realidades económicas e financeiras das entidades;
- norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF – PE) que é um regime simplificado de adopção das NCRF criada para o grosso do tecido empresarial português; e

⁴ Total de balanço: 500.000 €; Volume de negócios líquido: 500.000 €; Nº médio de empregados durante o exercício: 5

- normas interpretativas (NI) que são criadas para esclarecimento e orientação sobre o conteúdo dos restantes instrumentos integrantes do SNC.

Nos termos do aviso n.º 15 655/2009, a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das NCRF, tem por base a IFRS 1 do IASB. Esta norma é a primeira a ser usada, mas apenas se aplica no momento da transição, ou seja, é a única norma que após a adopção do SNC não será mais necessária.

A NCRF 3 aplica-se nas primeiras demonstrações financeiras anuais da entidade de acordo com o SNC e tem como objectivo “assegurar que as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade contenham informação que seja transparente para os utentes e comparável em todos os períodos apresentados; proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização segundo as NCRF; possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes” (§1).

O ponto de partida para o SNC é um balanço de abertura de acordo com as NCRF, sendo definido como o balanço à data da transição para o SNC, ou seja, 1 de Janeiro de 2010. Neste balanço inicial as rubricas referentes à posição financeira da entidade são apresentadas pela primeira vez de acordo com as NCRF, para que exista comparabilidade entre as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o SNC e este balanço de abertura.

A elaboração do balanço de abertura obriga a:

- “a) Reconhecer todos os activos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelas NCRF;
- b) Não reconhecer *itens* como activos ou passivos se as NCRF não permitirem esse reconhecimento;
- c) Reclassificar *itens* de balanço que eram de um determinado tipo no POC e são de outro tipo no SNC; e
- d) Aplicar as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos.” (NCRF 3, §7).

Em termos de reconhecimento, por exemplo, podem vir a ser reconhecidos activos e passivos que até aqui não o eram, como os activos biológicos e instrumentos financeiros derivados.

Em termos de desreconhecimento, alguns intangíveis terão de ser desreconhecidos, como é o caso das despesas de instalação e as despesas de investigação.

Em termos de reclassificação, para além das naturais mudanças genéricas nas rubricas contabilísticas, derivadas de um novo código de contas, salientam-se ainda os activos detidos para venda; as propriedades de investimento; os activos e passivos financeiros e instrumentos de capital próprio. Estas reclassificações são muitas vezes acompanhadas de alterações na mensuração, sendo aplicadas políticas contabilísticas diferentes das usadas segundo o POC.

A nível de mensuração, existem diferenças significativas quer a nível de mensuração inicial quer subsequente. Nomeadamente, o *goodwill* deixa de ser amortizado e passa a ser alvo de testes de imparidade; não é mais possível mensurar inventários segundo o LIFO; os contratos de construção têm de ser valorizados de acordo com o método do grau de acabamento; as provisões a longo prazo têm de ficar mensuradas pelo valor temporal do dinheiro; os activos detidos para venda são-no pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor, menos os custos de vender, devendo a sua depreciação cessar; as contas a receber e a pagar com prazos significativos de cobrança devem também ficar mensurados de acordo com o valor temporal do dinheiro.

Segundo a NCRF 3, estes ajustamentos “resultam de acontecimentos e transacções anteriores à data de transição para as NCRF e, por conseguinte, deverão ser levados a resultados transitados ou a outro *item* do capital próprio se tal se revelar mais adequado, à data da transição para as NCRF” (§8).

Com o objectivo de que a transição possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes, a NCRF 3 prevê duas excepções ao princípio de que o balanço de abertura deve estar conforme cada NCRF: isenções de alguns requisitos (§10) e proibições à aplicação retrospectiva de alguns aspectos (§11) de outras NCRF.

Assim, a isenção prevista aplicável ao meu estudo é:

“a) Justo valor ou revalorização como custo considerado para os activos intangíveis que satisfaçam os critérios para o seu reconhecimento e os critérios para a revalorização (existência de um mercado activo).

Finalmente, a entidade deve explicar de que forma a transição do referencial contabilístico anterior para o SNC afectou a situação financeira, os resultados e os fluxos de caixa. Para tal, as primeiras demonstrações financeiras, devem incluir:

– Reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o normativo anterior com o seu capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para o SNC e o final do último período das mais recentes demonstrações financeiras preparadas de acordo com o normativo anterior (§16 a).

– Reconciliação do lucro ou perda relatado segundo o normativo contabilístico anterior, relativo ao último período, com o lucro ou a perda segundo o SNC relativo ao mesmo período (§16 b).

3.2 Principais diferenças entre o POC e a NCRF 6 nos Activos Intangíveis

No tratamento dos activos intangíveis, existem diferenças significativas entre o anterior normativo e o novo sistema de normalização contabilístico, tanto a nível de reconhecimento como a nível de mensuração e divulgação.

No anterior normativo português, os activos intangíveis eram tratados no POC e na Directriz Contabilística n.º 7 “Contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento”. O quadro 1 apresenta as principais diferenças entre os normativos.

Quadro 1: Activo Intangível: POC VS SNC

Activo Intangível	POC e DC 7	NCRF 6
Conceito	Imobilizado Incorpóreo	Activo Intangível
Definição	Não existe uma definição de activo intangível. Contudo, há uma referência às imobilizações incorpóreas que integram os imobilizados intangíveis, tais como despesas de instalação, despesas de I&D, propriedade industrial e outros direitos.	Activo não monetário, identificável e sem substância física, destinado à produção, oferta de bens ou serviços, arrendamento a terceiros ou para finalidades administrativas (§ 8).
Reconhecimento	Nada refere	Um activo intangível para ser reconhecido como tal tem que cumprir os critérios de identificabilidade, controlo, existência de benefícios económicos futuros, probabilidade de os benefícios económicos futuros fluírem para a empresa e o custo do activo poder ser fiavelmente mensurado.
Mensuração Inicial	Custo Aquisição	Custo Aquisição
Mensuração subsequente	O valor do activo intangível é igual ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas	<p>- Modelo do Custo: o valor do activo corresponde ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade;</p> <p>- Modelo de Revalorização: o valor do activo é substituído pelo justo valor, determinado pela avaliação efectuada.</p>
Reconhecimento da Revalorização	Nada Refere	<p><u>Regra geral, se da reavaliação do activo resultar:</u></p> <p>i) uma variação positiva: reconhecida em capital próprio, sob a designação de</p>

		“excedente de revalorização”; ii) uma variação negativa: reconhecida como custo do período, na demonstração de resultados.
Amortizações	A amortização corresponde ao desgaste do activo imobilizado incorpóreo, a qual deve ser reconhecida como custo numa base sistemática ao longo da sua vida útil.	A quantia depreciável de um activo intangível deve ser imputada ao bem numa base sistemática e atendendo à sua melhor estimativa da vida útil.
Vida útil	Os activos imobilizados incorpóreos devem ser amortizados num período máximo de cinco anos.	Se um activo intangível tem vida útil finita, então esta não deverá ultrapassar os 20 anos. Se um activo intangível tem vida útil indefinida então não deve ser amortizado.
Métodos de Amortização	1. Método das quotas constantes	1. Método da linha recta 2. Método das unidades produção
Divulgação	Nota 8 do ABDR - informação qualificada; e Nota 10 - informação quantificada sobre a conta 432 " Despesas de I&D" (valores capitalizados)	Define um conjunto de elementos a serem publicados (§§117 a 123) sobre os intangíveis. Valor das despesas de I&D reconhecidas como gasto (§122).

Elaboração Própria

Não existe uma definição de activo intangível no POC, há referência às imobilizações incorpóreas que visam registar os activos intangíveis tais como, as despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento e ainda a propriedade industrial e outros direitos (inclui patentes, marcas, alvarás, licenças, privilégios, concessões e direitos de autor, bem como outros direitos e contratos assimilados).

De acordo com a NCRF 6, os activos intangíveis são activos não monetários, identificáveis, não possuem substância física e são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros ou para fins administrativos (§ 8).

Em relação ao reconhecimento dos activos como intangíveis, a NCRF 6 - “Activos Intangíveis” é mais exigente que o POC. O POC permitia a inclusão como activo intangível

de direitos e despesas de constituição, arranque e expansão, o que não é aceite pela NCRF 6. Adicionalmente, o novo normativo não permite a capitalização de dispêndios com formação e com publicidade e actividades promocionais. Em Portugal, existia alguma tradição de se capitalizarem dispêndios com publicidade, em particular, no lançamento de novos produtos e, por vezes, dispêndios com a formação.

A NCRF 6 também não permite a capitalização de gastos na fase de pesquisa, ao contrário da DC 7 - “Contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento” que admitia a capitalização de despesas na fase de pesquisa em circunstâncias excepcionais, em que seja assegurada, de forma inequívoca, a existência de benefícios futuros.

No âmbito da NCRF 6, qualquer activo intangível para ser reconhecido deve respeitar três critérios:

- Identificabilidade (separável, vendável) (§ 11 e 12) - um elemento cumpre este requisito se for separável e a entidade o puder vender, transferir, licenciar, arrendar ou trocar seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado. Por outro lado, o activo é identificável se for proveniente de direitos contratuais ou outros direitos legais.

- Controlo sobre o recurso (§ 13 a 16) - Um elemento cumpre este requisito se a entidade tem o poder de obter os benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e também se pode restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Normalmente, esse poder é dado por direitos legais. Na ausência destes, é mais difícil demonstrar a existência de controlo. Contudo, o cumprimento legal de um direito não é uma condição essencial para existir o controlo por parte da entidade.

- Benefícios económicos futuros (§ 17) - Podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do activo pela empresa.

Para além de ter que cumprir os requisitos de reconhecimento dos activos, os intangíveis tem ainda de atender a outros dois critérios (§ 21)

- Probabilidade dos benefícios económicos reverterem para a empresa; e

- O custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Quanto à mensuração inicial dos activos intangíveis, ambos os normativos definem que estes activos devem ser mensurados pelo seu custo. No ponto 5.4.1 do POC é referido que o valor dos activos intangíveis apenas pode ser medido pelo custo histórico que representa, o custo de aquisição para os activos comprados, o custo de produção para os activos gerados internamente e o preço de substituição para os activos obtidos gratuitamente, e na NCRF 6, § 24, o método do custo histórico, de aquisição ou de produção é o método geral que deve ser utilizado na avaliação dos activos intangíveis, aquando do seu reconhecimento inicial.

O custo de aquisição de um activo inclui o preço de compra e todas as despesas suportadas para colocar o activo em funcionamento (NCRF 6, § 27). Por outro lado, o custo de um activo intangível produzido pela própria empresa inclui a soma de todas as despesas suportadas, desde a data do seu reconhecimento inicial (NCRF 6, § 65). Importa distinguir a valorização dos bens adquiridos externamente ou gerados pela própria empresa, devido à sua natureza específica.

Em termos de mensuração subsequente, a NCRF 6 permite a utilização de dois métodos de avaliação dos activos intangíveis, ou seja, os activos intangíveis podem ser mensurados quer pelo método do custo, quer pelo método de revalorização. Se for aplicado o modelo do custo aos activos intangíveis, o seu valor vai diminuindo ao longo do tempo, fruto das amortizações contínuas ou das perdas de imparidade. Com efeito, o valor do activo corresponderá ao respectivo custo de aquisição ou de produção deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas.

As empresas também podem optar pelo modelo de revalorização em que o activo intangível é contabilizado pelo valor revalorizado, que é o justo valor à data da revalorização menos todas as amortizações acumuladas subsequentes e quaisquer perdas de imparidade acumuladas subsequentes (NCRF 6, § 75). O justo valor deve ser determinado com base num mercado activo.

As revalorizações devem ser efectuadas com tal regularidade que na data do balanço a quantia escriturada do activo não difira materialmente do seu justo valor. Se a quantia escriturada de

um activo intangível for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser creditado directamente numa conta de capital próprio com o título de “excedente de revalorização”. Contudo, o aumento deve ser reconhecido nos lucros ou prejuízos (resultados) até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido nos resultados (NCRF 6, § 85). Se a quantia escriturada de um activo intangível for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada directamente na conta “excedente de revalorização” até ao ponto de qualquer saldo credor com respeito a esse activo (NCRF 6, § 86).

No que respeita às amortizações e vida útil dos activos intangíveis, o POC, no ponto 5.4.7, estabelece que as despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento devem ser amortizadas no período máximo de cinco anos, bem como o trespasse (podendo este período ser alargado em situações devidamente justificadas). Contrariamente a NCRF 6 define uma vida útil até 20 anos prevendo ainda a possibilidade de vidas úteis indefinidas.

De acordo com a NCRF 6 (§87), “uma entidade deve avaliar se a vida útil do activo intangível é finita” e como tal, amortizável. Neste caso, a empresa deverá avaliar a duração dessa vida útil ou o número de produção ou unidades similares constituintes.

Os métodos de amortização utilizados podem ser o método das unidades de produção ou o método da linha recta, devendo ser utilizado o que melhor reflecte o modelo do consumo esperado dos benefícios económicos. O método de amortização utilizado, bem como a vida útil estimada, devem ser revistos pelo menos uma vez por ano. No método de amortização da linha recta ou das quotas constantes, os custos com a amortização são imputados proporcionalmente ao tempo de uso, enquanto no método das unidades de produção, os custos com a amortização são imputados em função do consumo dos benefícios económicos.

Com base na análise de todos os factores relevantes, se não houver limite previsível para o período durante o qual se espera que um activo intangível gere benefícios económicos futuros para entidade, então esse activo terá uma vida útil indefinida (o que não significa que seja infinita). Estes elementos não são amortizáveis e devem ser sujeitos anualmente a um teste de

imparidade, que de acordo com a NCRF 12 – “Imparidade de Activos” deve comparar a sua quantia escriturada com o seu valor recuperável (§ 108).

Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo, deve-se determinar a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence. O POC e as DC são omissos sobre este aspecto.

No caso concreto do *goodwill*, segundo o POC, este activo era amortizado linearmente e reconhecido como custo. No novo normativo contabilístico, o *goodwill* não deve ser amortizado mas deve ser sujeito a testes de imparidade, de acordo com a NCRF 12 – “Imparidade de Activos”. O teste de imparidade consiste em verificar se o *goodwill* perde valor, comparando o justo valor ou quantia recuperável dos activos e passivos face ao valor inicial de registo.

No que concerne à divulgação, de acordo com o POC, os relatórios financeiros fornecem um reduzido leque de informação acerca dos activos intangíveis. A informação qualificada é feita, na nota 8 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados (ABDR) enquanto, na nota 10 do ABDR, a empresa divulga a informação quantificada sobre a conta “432” – Despesas de Investigação e Desenvolvimentos (valores capitalizados).

No novo normativo contabilístico, a empresa deve divulgar a seguinte informação para cada classe de activos intangíveis⁵, distinguindo entre os activos gerados internamente e outros activos intangíveis (§118):

“ (a) Se as vidas úteis são finitas ou indefinidas e, quando são finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

(b) os métodos de amortização usados;

(c) a quantia bruta contabilizada e o montante das amortizações acumuladas no início e fim do período;

⁵ **Classe de activos intangíveis** é um agrupamento de activos de natureza e uso semelhantes nas operações de uma entidade (NCRF 6 - § 119).

(d) os itens de cada linha da demonstração dos resultados que incluam amortização de activos intangíveis;

(e) a reconciliação da quantia registada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.”

Também os activos intangíveis que se encontrem contabilizados pelo seu valor revalorizado merecem referência na informação a divulgar. Com efeito, sobre estes activos deve ser divulgada a data de eficácia da revalorização, a nova quantia contabilizada, bem como a quantia pela qual estes constariam nas demonstrações financeiras se recebessem o tratamento de referência. Note-se que estes itens devem ser mencionados por classes de activos intangíveis. Por fim, é necessário que conste a quantia do excedente de revalorização referente aos activos intangíveis, quer no início quer no final do período, “com indicação das alterações durante o período e quaisquer restrições na distribuição do saldo a accionistas” (NCRF 6, § 121).

O novo normativo também exige a divulgação do montante das despesas de investigação e desenvolvimento reconhecido como gasto do período na Demonstração dos Resultados (NCRF 6, § 123 e § 124).

3.3 Reconhecimento de Activos Intangíveis

Dada a sua importância e os fortes impactos que tem nesta mudança de normativo, o reconhecimento de activos intangíveis irá ser de seguida analisado e desenvolvido com particular detalhe.

Carvalho (2002) caracteriza os activos intangíveis da seguinte forma:

- Têm falta de substância física, isto é, são activos sem substância física, cujo valor deriva dos direitos de propriedade industrial/intelectual associados aos mesmos ou de factores associados a influências, também elas intangíveis, como sejam a quota de mercado, a imagem, a existência ou não de uma posição monopolista, a marca, etc.

- Devem ser identificáveis e separáveis, desta forma, quando uma empresa adquire um activo intangível, juntamente com outros activos, deve poder identificar ambos. Igualmente, como um activo apenas gera benefícios futuros conjuntamente com outros activos, esse activo será identificável se a empresa conseguir separar os benefícios futuros resultantes dele.
- Devem ser controlados, isto é, uma dada entidade controla um activo se detiver poder sobre o mesmo, quer em termos dos benefícios económicos que gera, quer quanto à restrição de acesso a esses benefícios por parte de terceiros, sendo maior este controlo se a ele estiver ligado um direito legal.
- Devem dar acesso a benefícios económicos futuros, estes podem surgir como resultado de receitas relativas à venda de bens e serviços ou de outros benefícios resultantes da utilização do activo em questão na organização.

Qualquer activo intangível para ser reconhecido como tal deve adicionalmente atender a três requisitos: identificabilidade; controlo por parte da empresa e obtenção de benefícios económicos futuros. Qualquer elemento para ser reconhecido como activo tem que cumprir dois requisitos: for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para empresa e ser possível mensurá-lo fiavelmente, segundo o § 21, NCRF 6 e IAS 38.

Ambas as normas mencionam uma lista de intangíveis excluídos do reconhecimento, como: marcas, direitos de publicação, lista de clientes, quotas de mercado, *goodwill*, despesas de pesquisa, instalação, arranque, formação e publicidade. Assim, as despesas inerentes aos elementos referidos devem ser reconhecidas como gasto no exercício em que ocorrem e não devem ser capitalizadas (§ 20, NCRF 6 e IAS 38).

Uma empresa pode ter um portfólio de clientes ou uma dada quota de mercado e esperar que, dados os esforços levados a cabo para construir relações de fidelidade com os clientes, eles se mantenham na empresa. Contudo, na ausência de direitos legais que protejam ou controlem de alguma forma a relação ou a lealdade dos clientes com a empresa, esta não terá controlo suficiente sobre os benefícios económicos futuros que advirão e consequentemente para considerar que tais elementos (portfólio de clientes, quotas de mercado, relações com os

clientes, fidelidade dos clientes, etc.) constituem activos intangíveis. Concretamente, no que diz respeito à informação veiculada para o público através das demonstrações financeiras estes elementos intangíveis não têm qualquer valor. Desta forma, podemos concluir que para serem considerados activos intangíveis, estes tem de estar protegidos por direitos legais de uso. Na ausência de direitos legais é difícil cumprir o requisito do controlo e, consequentemente, a definição de activo intangível (Martins, 2001).

Os activos intangíveis podem ser considerados como:

- Activos adquiridos separadamente (§25 a §32) – os dispêndios são, normalmente, reconhecidos como activo intangível, como por exemplo, aquisição de marcas, patentes, etc.
- Activos gerados internamente (§51 a §67) – os dispêndios são, regra geral, reconhecidos como gastos do período, como por exemplo, o conhecimento técnico, fase de pesquisa.
- Outras situações (§33 a §50) – activos adquiridos no meio de uma concentração de actividades empresariais, através de subsídios de governo ou ainda através de troca de activos.

O critério da identificabilidade é o que distingue activo intangível de *goodwill* (adquirido numa concentração empresarial). Com efeito, no actual normativo e sob uma perspectiva económica, “o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, representa um pagamento feito pela adquirente em antecipação dos benefícios económicos futuros de activos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.” (NCRF 6§, 11). Do ponto de vista contabilístico, o *goodwill* corresponde à diferença entre o preço pago e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes. Do mesmo modo, o POC definia o conceito de *trespasse* como sendo a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis aquando da concentração de actividades empresariais. Tal como no novo normativo contabilístico, o *trespasse* só devia ser revelado quando integrado no âmbito de uma operação de concentração de actividades empresariais.

3.4 Tratamento fiscal dos Activos Intangíveis

O SNC introduz uma nova realidade contabilística, obrigando as empresas a adaptarem-se às novas normas de contabilidade e de relato financeiro e a avaliar os impactos fiscais que as mesmas produzem.

Com a aprovação do SNC, o Código do IRC e a legislação complementar foram alterados de forma a adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao novo normativo.

Assim, foram aprovados o DL n.º 159/2009 de 13 de Julho, e o Decreto Regulamentar (DR) n.º 25/2009 de 14 de Setembro, que adoptaram as regras de determinação do lucro tributável às NIC, tal como adoptadas pela UE, bem como ao novo normativo nacional.

O art. 17.º do CIRC, que estabelece a ponte entre o SNC e o IRC, determina que o lucro tributável é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do exercício e das variações patrimoniais positivas e negativas (artigos 21.º e 24.º) verificadas no mesmo período e não reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos do Código.

O DR n.º 25/2009 é o novo diploma regulador das depreciações e amortizações, vindo substituir o DR n.º 2/90, de 12 de Janeiro, e mantém inalteradas quase todas as taxas de amortização nele previstas. No tocante aos activos intangíveis, deixou de prever taxas de amortização, para despesas de instalação e de investigação uma vez que estas não reúnem os requisitos de activos intangíveis. O quadro 2 apresenta as principais diferenças fiscais em termos de activos intangíveis.

Quadro 2: Activo Intangível: Principais diferenças fiscais

Código do IRC – Anterior	Código do IRC - DL 159/2009
As amortizações são aceites em caso de depreciação efectiva.	As amortizações são aceites em caso de depreciação efectiva e as perdas de imparidade em casos de desvalorizações excepcionais. Não sendo desvalorizações excepcionais, podem ser deduzidas, em partes iguais, durante a vida útil remanescente do activo.
As despesas de instalação e as despesas de investigação são amortizáveis em três anos.	Estas despesas já não constituem um activo pelo que são gasto do respectivo período.
As despesas de desenvolvimento são amortizáveis em três anos, mas podem ser custo do exercício em que são suportadas.	Ainda que reconhecidas como activo intangível, aceitam-se como gasto fiscal no período em que são suportadas.
Os encargos com projecção plurianual são repartidos por três anos, no mínimo.	São reconhecidos como gasto do período em que são efectivamente incorridos e deixam de ser obrigatoriamente diferidas por três anos.
As diferenças de câmbio desfavoráveis relacionadas com o imobilizado e relativas ao período anterior ao da sua entrada em funcionamento são repartidas por três anos.	As diferenças de câmbio desfavoráveis seguem o procedimento contabilístico previsto nos respectivos normativos, ou seja, são gastos do período.

Fonte: Adaptado de Guimarães, 2009, p. 117 a 119

Nos termos dos n.º 1 dos artigos 29.º e 32.º do CIRC e n.º 1 dos artigos 16.º e 17.º do DR n.º 25/2009, as despesas de instalação que eram qualificadas como activos incorpóreos, e, como tal, sujeitas a amortização, passam agora a ser obrigatoriamente reconhecidas como gastos do período. O tratamento fiscal segue o contabilístico.

Também, relativamente às despesas de investigação, nos activos gerados internamente deve distinguir-se a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento. As despesas de pesquisa são sempre gastos do período. O tratamento fiscal também segue o contabilístico.

No que se refere aos encargos com projecção económica plurianual, fiscalmente é revista a obrigação de diferimento por três anos destes encargos antigo n.º 4 do artigo 17.º do DR 2/90:

encargos com campanhas publicitárias, despesas com emissão de obrigações, diferenças de câmbio desfavoráveis relativas ao período anterior à entrada em funcionamento dos activos, por exemplo). Estes encargos passam a ser tratados de acordo com as normas contabilísticas, isto é, são reconhecidos como gastos no período em que estes são incorridos, nos termos do art.º 29.º do CIRC e art.º 16.º do DR n.º 25/2009.

Em termos de mensuração, só é fiscalmente aceite o modelo do custo. Assim, para efeitos fiscais, o activo intangível, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo de aquisição ou de produção deduzido das amortizações acumuladas aceites nos termos do DR que vier disciplinar as depreciações e amortizações, e das eventuais perdas de imparidade que consistam em desvalorizações excepcionais.

No que diz respeito às perdas por imparidade que não sejam desvalorizações excepcionais, podem ser deduzidas, em partes iguais, durante a vida útil remanescente do activo, nos termos do n.º 4 dos artigos 29.º e 34.º do CIRC.

Para efeitos fiscais, apenas é aceite o modelo de custo porque não é fácil encontrar o justo valor dos vários tipos de activos intangíveis no mercado activo dos mesmos.

Com estas dificuldades, é normal que o legislador, decida não aceitar o modelo da revalorização pelo facto de ser difícil, e por vezes impossível, encontrar o seu justo valor e garantir que o activo intangível seja objecto de controlo inequívoco.

4. Revisão de Literatura

No que concerne ao novo SNC, ainda nos deparamos com uma grande escassez de artigos científicos, nomeadamente, no que respeita ao impacto da sua adopção nas demonstrações financeiras das empresas, bem como ao estudo da mensuração e valorização dos activos intangíveis. Assim, tomou-se também em consideração os estudos existentes no âmbito das normas internacionais de contabilidade dado as novas normas nacionais serem altamente inspiradas nas normas internacionais de contabilidade.

4.1 Impacto das normas internacionais de contabilidade nas demonstrações financeiras

Fernandes (2007) analisou o impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados em 109 empresas, 34 portuguesas e 75 espanholas cotadas na bolsa, as quais adoptaram obrigatoriamente as IFRS em 2005. Os resultados mostram que, as empresas que adoptaram o critério do justo valor na mensuração dos activos, não tiveram níveis de gestão de resultados superiores em relação às empresas que não o fizeram. Os resultados sugerem também que, globalmente, o nível de gestão de resultados apresentado pelas empresas, não sofreu alterações significativas nos anos anteriores e subsequentes à entrada em vigor das IFRS. Relativamente às empresas pertencentes aos índices PSI 20 e IBEX 35, estas apresentaram práticas de gestão de resultados inferiores às restantes, uma vez que as empresas integrantes dos índices estão sujeitas a um maior controlo. No entanto, após a entrada das IFRS, estas empresas passaram a apresentar níveis de gestão de resultados superiores.

Callao, Jarne e Laínez (2007), estudaram o efeito da adopção das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas espanholas e concluíram que os activos fixos e as existências, foram as únicas rubricas que não variaram significativamente. No que concerne aos activos fixos, a maioria das empresas optou por não alterar o critério da valorização destes (custo histórico). No caso dos inventários, o método do LIFO que já não era muito utilizado, também não é agora permitido pelas IFRS. Sendo assim, nestas rubricas não foi aplicado o justo valor na valorização destes activos. Na demonstração de resultados, foram encontradas variações significativas no resultado operacional, essencialmente devidas a diferenças no tratamento das despesas de investigação e desenvolvimento e na depreciação dos activos fixos. O tratamento das rubricas extraordinárias teve um impacto significativo, o que tornou necessária a

reclassificação de certas rubricas extraordinárias, como resultado operacional em IFRS. Os resultados sugerem que as empresas espanholas aplicam as IFRS de um modo conservador. Este conservadorismo está ligado a factores culturais e legais, os quais têm um impacto na escolha dos critérios de reconhecimento e valorização permitidos pelas IFRS.

Conceição (2009) realizou um estudo que investiga a adesão ao justo valor nas empresas portuguesas, após a adopção das normas internacionais, no que concerne aos activos fixos, designadamente os activos fixos tangíveis, os activos intangíveis e as propriedades de investimento. Foi também objectivo deste estudo identificar os factores explicativos dessas opções contabilísticas por parte das empresas nacionais.

Os resultados indicam que apenas nas propriedades de investimento e nos activos fixos tangíveis (e neste caso, circunscrita aos terrenos e aos edifícios) houve adesão ao justo valor, embora bastante reduzida. Relativamente aos outros activos fixos tangíveis e aos activos intangíveis, todas as empresas optaram pelo modelo do custo como método de avaliação subsequente. Os principais motivos apontados pela autora para a escolha do modelo do custo são a familiaridade com o custo histórico e os custos associados à opção pelo justo valor. No que respeita aos activos intangíveis a ausência de adesão pelo justo valor pode ser explicada pela complexidade que envolve a mensuração ao justo valor desses activos. A IAS 38 prevê a possibilidade do uso do justo valor desde que este possa ser determinado com base num mercado activo. A dificuldade em encontrar o referido mercado pode ser uma explicação para a utilização do custo histórico.

Num estudo elaborado pela KPMG (2006) foram analisadas as escolhas contabilísticas no âmbito das IAS/IFRS, relativamente a determinadas normas em 199 empresas listadas no Índice *Dow Jones*. Neste estudo, no âmbito da IAS 38, não foram encontrados activos intangíveis contabilizados pelo modelo de revalorização.

Guerreiro (2006) analisou se as empresas portuguesas cotadas cumpriram a recomendação do *Committee of European Securities Regulators* (CESR), ou seja, averiguou se as empresas seguiram a recomendação do CESR na elaboração das suas demonstrações financeiras de 2004 e caracterizou o tipo de empresas que cumpriram a recomendação e que divulgaram informação mais pormenorizada relativa ao impacto da adopção das IFRS na sua informação

financeira. Os resultados mostram que, a maioria das empresas cotadas, não divulgou a informação que deveria nas últimas demonstrações financeiras anuais antes da adopção das IFRS, ou seja, 38% das empresas da amostra apresentou um nível de detalhe médio (17%) e pormenorizado (21%) relativamente aos impactos da adopção das IFRS. Uma parte significativa (34%) divulgou informação mínima, ou seja, mencionaram apenas os procedimentos de preparação a ser utilizados, e cerca de 28% das empresas não fez referência ao processo de transição para as IFRS. Tal facto pode ser explicado pelo atraso das próprias empresas em averiguar o impacto das IFRS nas demonstrações financeiras, ou por assumirem que os utilizadores da informação financeira não a consideram relevante. Os resultados sugerem que são as empresas com maior dimensão, mais internacionalizadas e auditadas por empresas multinacionais, que apresentam maiores níveis de divulgação.

4.2 Activos Intangíveis

Seguidamente vou fazer uma breve apresentação de algumas conclusões retiradas de artigos e trabalhos nacionais e internacionais, relativamente à mensuração, apresentação e contabilização de activos intangíveis.

O crescimento baseado no conhecimento que se tem verificado nas últimas décadas contribuiu para aumentar a diferença existente entre o valor de mercado e o valor contabilístico. Esta diferença deve-se à permanência do capital intelectual, que revela uma maior importância na criação de valor e no incremento do valor da empresa para os accionistas (Gomes *et al.*, 2005).

Os activos intangíveis, contrariamente aos tangíveis que se identificam pelo seu suporte físico, procuram apoio na informação e no conhecimento, pelo que são de difícil identificação e valorização. A divulgação e o tratamento contabilístico dos intangíveis, já está presente na literatura há vários anos e segundo alguns autores sem uma solução de consenso (Cañibano *et al.*, 2000).

Com o crescente número de processos de fusões e aquisições ao longo da década de 90, além da contínua valorização dos preços das acções em Bolsas de Valores, observou-se um maior distanciamento entre o chamado *book value* ou valor patrimonial das empresas, reflectido nas

demonstrações financeiras, e o *traded value ou market value*, calculado com base na cotação das acções dessas empresas no mercado. O reflexo dessa tendência foi comprovado nos Estados Unidos por Lev (2001) nas empresas que compõem o S&P 500. De facto, O índice *market value / book value* médio subiu de 1 no início da década de 80, para 6 em 2001. Isto pode ser explicado pelo facto dos activos intangíveis não serem apropriadamente reconhecidos.

Também Cañibano *et al.* (2000) concluíram que o facto de haver muitas diferenças entre o valor contabilístico das empresas obtido a partir das demonstrações financeiras e o valor de mercado pode ser explicado pelos investimentos em intangíveis. Os resultados mostram que um sinal da perda de relevância da informação contabilística é o fosso crescente entre o valor de mercado e o valor contabilístico das empresas nos mercados financeiros. Em empresas tecnológicas e de serviços, onde é habitual a realização de grandes investimentos em novas tecnologias, este *gap* tende a ser maior. Esta discrepância deve-se, em grande parte, ao *goodwill* gerado internamente, sob a forma de patentes, marcas, lista de clientes, publicidade, entre outros, que, apesar de acrescentarem valor à empresa, não são considerados como activos, de acordo com a IAS 38.

Cañibano *et al.* (2000) referem ainda que, as diferenças entre valor contabilístico e de mercado das empresas apontam para uma ameaça à utilidade das demonstrações financeiras que devem ser melhoradas para reflectir uma situação mais próxima da realidade do mercado. Como possível solução os autores sugerem a criação de métodos mais adequados para a valorização dos intangíveis.

Segundo Lev (2003), não há consenso na terminologia relativa aos activos intangíveis, pois encontram-se os termos: activos intangíveis, capital intangível, recursos intangíveis, capital intelectual e propriedade intelectual para se referirem ao mesmo conceito. O autor refere também que, os relatórios financeiros proporcionam um reduzido leque de informação acerca dos activos intangíveis. Sendo assim, grande parte da informação acerca dos intangíveis é divulgada de uma forma parcial, inconsistente e confusa, obrigando a elevados custos para as empresas, investidores, accionistas e sociedade em geral. O autor argumenta também que os métodos de contabilização dos activos intangíveis adquiridos são incompatíveis com os métodos de contabilização dos activos intangíveis gerados internamente. Por exemplo, os

gastos para construir uma marca são imediatamente contabilizadas em custos, enquanto os gastos de adquirir uma marca, quer directamente, quer ao adquirir uma empresa, são capitalizados. Também as empresas têm sido inconsistentes na aplicação das regras, o que pode levar a erros de valorização dos intangíveis nas demonstrações financeiras.

Lev (2003) refere ainda que existem duas consequências da falta de informação dos activos intangíveis uma deterioração significativa no conteúdo da informação das principais rubricas das demonstrações financeiras e uma subavaliação sistemática das empresas que são intensivas em intangíveis. Sugere que deve ser criada uma linguagem comum, através da regulamentação contabilística, uma linguagem comum de forma que comparações significativas de activos intangíveis possam ser feitas, dado que a literatura têm mostrado que essa informação é muito valiosa para prever o crescimento futuro e produtividade das empresas.

Marr (2007) destaca o crescente fosso entre o que as empresas divulgam nas suas demonstrações financeiras e o que realmente interessa para os accionistas, gestores e investidores. Motivados pelo *gap* cada vez maior entre o valor contabilístico e o valor de mercado, muitos utilizadores da informação contabilística exigem maior transparência na comunicação organizacional.

O autor refere ainda que, devido à dificuldade de obter medidas objectivas para os activos intangíveis, as empresas devem concentrar-se na avaliação de seus activos intangíveis para uma melhor tomada de decisões e de aprendizagem. Aqui as limitações da teoria tradicional de medição (como por exemplo, a quantificação e atribuição de números, isto é, os indicadores financeiros) precisam de ser quebradas para produzir informações significativas e relevantes. Em vez de tentar quantificar o inquantificável, os indicadores não financeiros podem ser usados para avaliar o desempenho de elementos intangíveis, a fim de orientar a tomada de decisão estratégica e de aprendizagem.

De facto, a mensuração geralmente concentra-se em quantificações e números, com a intenção de nos fornecer uma imagem objectiva, uniforme e rigorosa da realidade. No entanto, algumas coisas tão importantes nas organizações modernas como a cultura

organizacional, o *know-how* dos gestores e os pontos fortes de relacionamento com o cliente, ainda não são facilmente contabilizadas ou quantificadas.

Moreira e Pereira (2004) analisaram novas formas de medição de elementos intangíveis e sugerem que é “necessário lidar com o julgamento, com o potencial de erro e com o que é intangível, em lugar do verificável, do realizado e do tangível” (2004, 102) porque a proporção dos activos intangíveis, em termos de valor económico, têm aumentado em relação aos activos tangíveis na avaliação do valor das empresas.

De facto, na contabilização dos intangíveis é por vezes difícil demonstrar que os elementos intangíveis são controlados pela empresa e que têm valor, quantificável ao nível dos benefícios futuros, pois continua a haver muitas questões em aberto relativamente ao reconhecimento e mensuração dos activos intangíveis, tais como, conhecer os pressupostos a ter em conta na quantificação dos benefícios económicos futuros durante a existência do activo intangível, calcular a vida útil do activo intangível e quais os critérios a usar na determinação do custo de aquisição e do seu valor de mercado futuro.

Alberto (2003) analisou a utilização dos modelos de indicadores não financeiros como sistema alternativo de representação dos intangíveis, sugerindo que as empresas elaborem um apêndice ou demonstração complementares. Pode-se considerar como modelos de indicadores não financeiros o *Intangible Assets Monitor*; o *Skandia's Business Navigator* que incorpora cerca de trinta indicadores referentes a cinco áreas: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva dos processos, perspectiva humana e perspectiva do desenvolvimento e renovação; e o *Balanced ScoreCard*.

Os resultados sugerem que, os problemas relacionados com a obtenção de valorizações fiáveis dos intangíveis acentuam-se ainda mais no caso dos gerados internamente e também no caso do *goodwill*, quando adquirido numa combinação de empresas. Numa aquisição separada, tem-se disponível um valor considerado fiável. No entanto surgem, dificuldades similares para efeitos da mensuração subsequente (reavaliação e teste de imparidade). Nos últimos anos, os métodos baseados nos fluxos têm recebido interesse, dado que podem diminuir os problemas resultantes da inaplicabilidade ou ineficácia dos métodos tradicionais.

Martins (2001) também sugere que, dada a dificuldade em introduzir nas demonstrações financeiras os recursos intangíveis, as empresas o façam através de modelos em anexo às mesmas.

O autor salienta que existe um conjunto de activos intangíveis que por não terem sido adquiridos não são reconhecidos como activos e têm nas demonstrações financeiras valor zero, o que é errado. Nomeadamente, as pessoas, que tal como as raízes de uma árvore, a fazem crescer. Consequentemente, o valor contabilístico de uma empresa pode ser por vezes metade do valor do capital intelectual, e no entanto ainda não existem práticas para a visualização e avaliação dos activos intangíveis. É urgente medir os activos que não aparecem nos relatórios financeiros, entre outros, a satisfação dos clientes, a inovação nos produtos e nos serviços, a motivação e formação dos empregados.

Gomes *et al.* (2005a) analisaram o grau de adopção das empresas portuguesas cotadas na *Euronext* relativamente à IAS 38 no exercício de 2003. Os autores concluíram que as principais diferenças entre a IAS 38 e o então normativo nacional eram o reconhecimento dos gastos da fase de investigação, dos gastos de constituição/instalação, de formação e de publicidade como gastos do exercício; a divulgação dos gastos com investigação e desenvolvimento reconhecidos como custo no exercício, quando não é possível separar as duas fases; o período de vida útil dos activos intangíveis; e a utilização do método de revalorização na avaliação subsequente.

Os resultados do estudo mostram que relativamente aos activos adquiridos, cerca de 96% das empresas cumpre o preceituado nos § 25 a 47 da IAS 38. No entanto, o mesmo não se passa em relação aos activos intangíveis gerados internamente. No que diz respeito à fase da investigação, prevista no § 52 a 56 da IAS 38, verificou-se um reduzido cumprimento da norma, dado que 92% das empresas continuam a contabilizar as despesas de investigação no activo quando a IAS 38 obriga a contabilizar as mesmas como gasto.

Em termos de mensuração, os resultados indicam que todas as empresas valorizam os activos intangíveis adquiridos ao respectivo custo de aquisição, estando por isso de acordo com o § 22, 24, 27 e 32, da norma em análise e também de acordo com o POC. Verificou-se também que apenas duas empresas aplicam o método da revalorização

Por fim, Gomes *et al.* (2005a) concluíram que a IAS 38 restringe o reconhecimento dos activos intangíveis o que pode levar ao aumento da discrepância entre o valor de mercado das empresas e o seu valor contabilístico.

Esta crítica à IAS 38 é de facto partilhada por vários autores que consideram que as restrições de reconhecimento dos recursos intangíveis como activos deixa de fora do balanço elementos que acrescentam valor à empresa, tais como a lista de clientes, quotas de mercado, o capital humano. Consequentemente, o valor da empresa continua a não estar representado nas demonstrações financeiras, não se ultrapassando, desta forma, o problema do actual modelo contabilístico baseado em informação histórica e passada.

Gomes *et al.* (2005b) analisaram as práticas de divulgação de informação sobre o Capital Intelectual no seio das empresas portuguesas cotadas na *Euronext* em 2003, concluindo que, para além da problemática da medição e da valorização, também em termos da divulgação deste tipo de informação muito há ainda a fazer, tendo em conta os baixos índices de divulgação verificados no estudo realizado. Nota-se uma tendência crescente na divulgação de informação do tipo numérico e monetário, sendo ainda predominante a forma descritiva ou narrativa.

Os resultados sugerem que as Instituições Financeiras, Seguradoras e Telecomunicações tendem a apresentar relatórios mais completos e com maior preocupação para as questões estratégicas, deixando de se privilegiar meramente a informação financeira. Os resultados sugerem também que as empresas têm maior apetência para divulgar aspectos relacionados com o capital estrutural (43%), seguindo-se o capital relacional e o capital humano, com 36% e 21%, respectivamente.

Por fim, os autores recomendam que seja formalizada uma “Demonstração de Capital Intelectual” de forma a melhorar as políticas de divulgação da informação do capital intelectual ou dos activos intangíveis.

Marques (2009) analisou também algumas questões inerentes à identificação, medição, de valorização e reconhecimento dos activos intangíveis nas demonstrações financeiras em empresas do PSI 20 em 2006 e 2007. Concluiu que, os activos intangíveis são um factor

determinante para o êxito das empresas. As organizações com elevado nível de investimento em capital intelectual têm um valor agregado muito superior às organizações com investimentos baseados noutra tipo de activos. Tal valor, embora incorporado nas cotações de mercado, não encontra expressão nas tradicionais demonstrações financeiras, pelo que não é possível determinar o real valor dos activos intangíveis nas organizações.

Os resultados indicam que, as contas consolidadas das empresas que compõem o PSI 20, em análise, evidenciam nos anos de 2006 e 2007, na sua maioria, incrementos nos activos intangíveis, que têm vindo a representar uma parte importante dos recursos das empresas. Concretamente, o *goodwill* aumentou cerca de 23% e os activos intangíveis 7,5%.

Stolowy e Jeny-Casavan (2001) analisaram as diferenças de tratamento contabilístico dos activos intangíveis entre 21 países (quinze países da UE, seis de fora da EU) e a IAS 38 em 2001. Os resultados mostram uma elevada diversidade no tratamento dos activos intangíveis, quer entre os diferentes normativos nacionais, quer entre estes e o conteúdo da IASB revelando uma grande falha no processo de harmonização internacional. Esta elevada divergência conduz a baixos índices de adaptação à IAS 38.

Os autores concluíram que pelos critérios rígidos de reconhecimento, a IAS 38 vem delimitar o âmbito dos elementos intangíveis capitalizáveis, ou seja, reconhecidos como activos, podendo assim contribuir para uma diferença ainda maior entre o valor contabilístico e o valor de mercado das empresas. Em todos os sistemas contabilísticos analisados, os activos intangíveis adquiridos são reconhecidos e capitalizados, não havendo no entanto consistência no tratamento dos activos gerados internamente.

Em relação ao reconhecimento das despesas de investigação e desenvolvimento, concluíram que o tratamento destes elementos, pelas empresas, esteve bastante afastado do conteúdo da IAS 38, uma vez que 52,17% dos sistemas reconheciam estas despesas em 2001.

Para concluir podemos referir que, a subjectividade e a falta de um marco conceptual para a valorização dos intangíveis são os motivos mais ressaltados para justificar que as normas contabilísticas não aceitem o reconhecimento destes elementos. Assim, o estabelecimento de algumas bases normativas para os métodos e processos de valorização, o desenvolvimento de

técnicas baseadas nos fluxos, assim como a divulgação dos fundamentos dos processos utilizados pelas empresas na sustentação dos valores obtidos iria credibilizar as mensurações utilizadas.

O aumento da importância deste novo conjunto de activos, pela capacidade diferenciadora e geradora de vantagens competitivas para as empresas vem de alguma forma compensar o esforço que empresas realizam no processo de valorização, tornando-se uma ferramenta importante para os gestores. Será necessário no futuro arranjar uma solução que permita aos utilizadores conhecer e avaliar aquelas em que está interessado.

5. Aplicação prática dos Activos Intangíveis numa empresa de prestação de serviços

5.1 Apresentação da empresa

É importante efectuar uma breve descrição da empresa ABC na qual se propõe aplicar as normas NCRF 3 – Aplicação pela primeira vez das NCRF, e NCRF 6 – Activos Intangíveis.

O capital social da empresa ABC é detido por duas empresas espanholas XYZ e RST em 99,9% e 0,01% respectivamente. Em Portugal, a empresa emprega 604 pessoas, assiste 37.912 elevadores, escadas e tapetes rolantes, a sua sede situa-se em Sintra, tendo ainda três direcções regionais (Porto, Coimbra e Albufeira) e seis delegações (Madeira, Braga, Espinho, Viseu, Aveiro e Leiria).

No exercício de 2009 a empresa obteve um volume de negócios de cerca de 72 milhões de euros, e gerou um resultado de cerca de 19 milhões de euros. O total do activo bruto apresentou um valor de 128.771.629,51€, que inclui o activo intangível no valor de 5.624.618,46€, ou seja, os intangíveis representaram 4% do activo total da empresa.

Os pressupostos primordiais que caracterizam a empresa, tornando-a na maior companhia de elevadores são a segurança e a qualidade dos produtos comercializados e assistidos.

A actividade global da empresa assenta em dois negócios distintos:

- Os Novos Equipamentos, que consistem na venda de elevadores, escadas e passadeiras rolantes para edifícios novos e vendas de elevadores novos para edifícios já existentes;
- O Serviço, que se refere à manutenção e reparação em elevadores.

A manutenção e reparação em elevadores representa mais de 80% da actividade da empresa. A empresa aumenta a sua carteira de clientes quer através de contratos de manutenção gerados internamente quer na aquisição de contratos de manutenção adquiridos a outras empresas.

Para desenvolver o negócio do Serviço, a empresa subdivide o parque de elevadores (cerca de 38.000 unidades) de que é contratualmente responsável, em pequenas unidades de negócio

que designa por Delegações. Estas unidades de negócio trabalham de forma a atingir os objectivos anuais para cada actividade, tendo cada delegação de serviço a responsabilidade sobre cerca de 2500 unidades.

No que diz respeito aos produtos, os mercados alvo variam consoante as características dos equipamentos que são concebidos, tendo em conta o segmento a satisfazer. As diferentes gamas de produtos surgem de forma a satisfazer as diferentes necessidades dos diversos segmentos de mercado. Associados à diversidade de produtos, são tidos em conta factores de ordem tecnológica, dimensional e estética.

No desenvolvimento da sua actividade, a empresa prima pela qualidade e segurança dos seus produtos com o objectivo da plena satisfação dos seus clientes. Muito por força de uma atitude centrada na satisfação dos clientes, através dos resultados obtidos e dos meios que coloca à disposição destes, a empresa conquistou e tem conseguido manter uma posição de liderança no mercado.

A empresa ABC tem como principais recursos organizacionais a capacidade de inovação tecnológica, a notoriedade da marca e a reputação que exhibe no mercado. A prova disso, é o facto de ter sido reconhecida pelo Instituto Português da Qualidade com o certificado de qualidade ISO 9001.

A pesquisa e desenvolvimento é realizada fora da empresa, ou seja, os métodos de desenvolvimento e pesquisa são provenientes da empresa CDE, que possui um centro preparado para o efeito nos EUA, onde a tecnologia é estudada, desenvolvida e testada.

Os recursos organizacionais que não possuem um valor quantificável por si próprio e que seja de difícil avaliação em termos monetários, acabam sempre por ver o seu papel reflectido no valor dos activos intangíveis da empresa.

A empresa investe na formação interna como forma de progressão de carreira individual de cada um dos seus elementos.

Tudo isto conjugado, acrescenta valor à empresa e confere competitividade num mercado onde a diferença tecnológica através da inovação ou a diferenciada gama de produtos pode fazer a diferença ao nível dos clientes e dos parceiros para futuros investimentos.

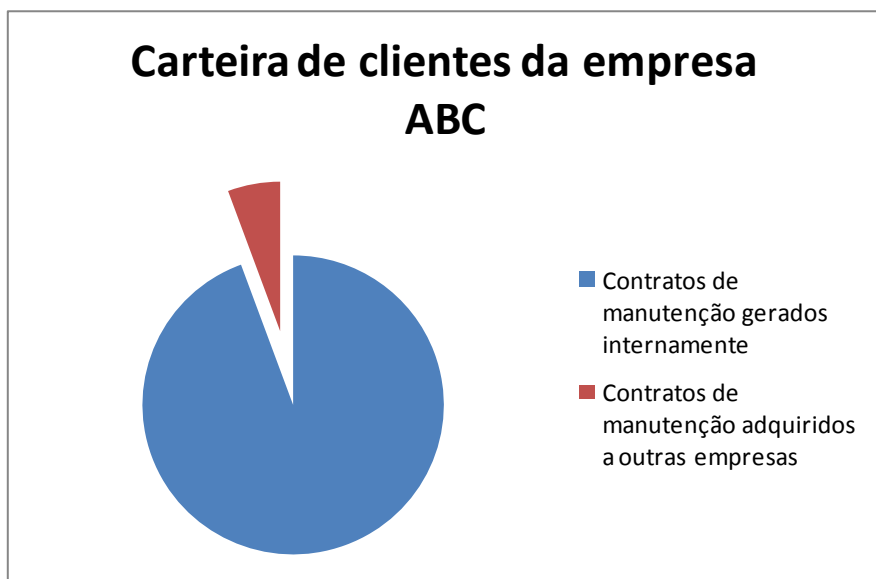
5.2 Identificação dos Activos Intangíveis da empresa

As imobilizações incorpóreas da empresa são na íntegra compostas pelas carteiras de clientes. A carteira de clientes da empresa ABC é constituída pelos contratos de manutenção em elevadores gerados internamente, ou seja, que não são considerados activos intangíveis porque não podem ser capitalizados, e pelos contratos de manutenção em elevadores adquiridos a outras empresas. Estes são considerados os activos intangíveis da empresa, uma vez que cumprem os critérios de reconhecimento dos activos intangíveis, que irá ser desenvolvido mais à frente.

A aquisição de carteira de clientes é feita a outras empresas que pretendem vender a sua carteira de clientes separadamente do resto do património, uma vez que desejam cessar a actividade da empresa, ou em outros casos, porque existem empresas que têm outras áreas de negócio e consideram rentável vender a sua de carteira de contratos de manutenção de elevadores a outras empresas. Em qualquer dos casos, estas empresas e respectivos sócios não podem exercer essa actividade durante os cinco anos seguintes ao contrato.

Como se pode observar pelo gráfico n.º 1, a grande maioria das carteiras de clientes da empresa foi gerada internamente. De facto, a empresa ABC possui 37.912 contratos de manutenção sendo 35.766 unidades geradas internamente e apenas 6% são adquiridos a outras empresas.

Gráfico 1: Composição da carteira de clientes da empresa ABC a 30/11/2009



Elaboração própria

O quadro 3 apresenta a reconciliação das imobilizações incorpóreas à data de 30/11/2009 conforme apresentado na nota explicativa n.º 10 do anexo às demonstrações financeiras.

Quadro 3 – Composição dos Intangíveis da empresa ABC à data de 30/11/2009

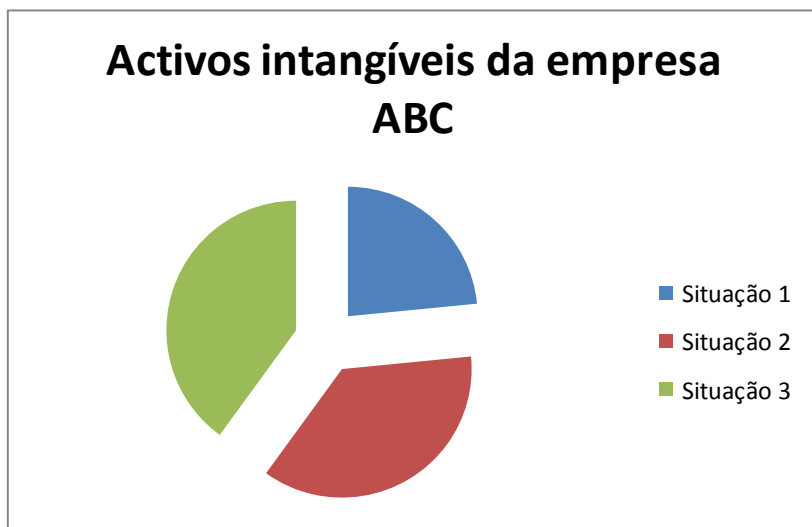
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Propriedade industrial	5.580.784,06	43.834,40	0,00	0,00	5.624.618,46
(Carteiras de clientes)					

Amortizações e Ajustamentos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Propriedade industrial	4.389.631,39	488.665,79	0,00	0,00	4.798.297,18
(Carteiras de clientes)					

Elaboração própria

Na rubrica de imobilizações incorpóreas estão registadas carteiras de clientes com diferentes características em termos de duração de contratos e quantias amortizadas conforme ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2: Peso das diferentes carteiras de clientes no total dos activos intangíveis da empresa ABC



Elaboração Própria

Situação 1:

- Carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa. O peso destas carteiras corresponde a cerca de 23% do activo intangível da empresa ABC.

Situação 2:

- Carteiras de clientes totalmente amortizadas mas que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos. O peso destas carteiras corresponde a cerca de 37% do activo intangível da empresa.

Situação 3:

- Carteiras de clientes que estão a ser amortizadas (a cinco anos na situação real da empresa), no entanto, ainda não estão totalmente amortizadas e que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos. O peso destas carteiras corresponde a 40% do activo intangível da empresa.

O quadro 4 apresenta os valores nas demonstrações financeiras à data de 30/11/2009 referentes a estas três situações relatadas. Do total dos contratos que compõem o activo

intangível da empresa, ou seja, 3,455 contratos, cerca de 2,040 contratos já se encontram totalmente amortizados, sendo a quantia depreciable à data de 30/11/2009 de 826.321,28 euros.

Também se pode verificar que a carteira mais antiga que compõem o activo intangível da empresa é datada do ano 1999. O preço médio ponderado das carteiras de clientes corresponde ao valor de aquisição de cada carteira dividido pelas unidades adquiridas dessa carteira.

Quadro 4 – Demonstração das três situações das carteiras de clientes a 30/11/2009

Data: Nov/2009

Situação 1 - Carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa

Empresa/Carteira	Unidades			Preço compra unitário	Ano aquis.	Aquisições acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor por amortizar
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira					
Total da situação 1						1.318.776,58	-1.318.776,58	0,00

Situação 2 - Carteiras de clientes totalmente amortizadas mas que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos

Empresa/Carteira	Unidades			Preço compra unitário	Ano aquis.	Aquisições acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor por amortizar
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira					
Carteira LG	402	165	237	75,40	1999	30.310,95	(30.310,95)	0,00
Carteira ET	462	244	218	1.311,19	2001	605.768,84	(605.768,84)	0,00
Carteira ML	285	85	200	2.013,72	2002	573.909,10	(573.909,10)	0,00
Carteira EA	199	48	151	1.638,25	2002	326.011,78	(326.011,78)	0,00
Carteira AS	402	165	237	768,01	2002	308.741,56	(308.741,56)	0,00
Carteira AE	5	4	1	8.284,32	2003	41.421,60	(41.421,60)	0,00
Carteira AT	285	99	186	598,40	2004	170.543,03	(170.543,03)	0,00
Total da situação 2	2.040	810	1.230			2.056.706,86	-2.056.706,86	0,00

Situação 3 - Carteiras de clientes que ainda não estão totalmente amortizadas e que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos

Empresa/Carteira	Unidades			Preço compra unitário	Ano aquis.	Aquisições acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor por amortizar
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira					
Carteira V	240	111	129	1.057,36	2005	253.765,40	(232.359,37)	21.406,03
Carteira S	28	2	26	1.546,11	2005	43.291,20	(41.156,64)	2.134,56
Carteira A	560	306	254	1.255,09	2005	702.849,61	(646.790,83)	56.058,78
Carteira AL	212	28	184	2.513,30	2007	532.819,11	(301.192,58)	231.626,53
Carteira J	87	4	83	1.815,42	2007	157.941,30	(59.063,71)	98.877,59
Carteira Q	36	0	36	1.650,28	2008	59.410,00	(17.306,55)	42.103,45
Carteira R	248	48	200	1.835,58	2008	455.224,00	(120.560,58)	334.663,42
Carteira AS	4	0	4	10.958,60	2009	43.834,40	(4.383,48)	39.450,92
Total da situação 3	1.415	499	916			2.249.135,02	-1.422.813,74	826.321,28
Total do activo intangível da empresa ABC	3.455	1.309	2.146			5.624.618,46	-4.798.297,18	826.321,28

Elaboração própria

5.3 Elaboração do Balanço de Abertura da empresa

A empresa ABC é obrigada, a partir de 1 de Dezembro de 2010, a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC. O exercício de 2010 será assim, o exercício em que esta empresa irá aplicar, pela primeira vez, o novo normativo contabilístico.

Como já referimos anteriormente, a empresa terá que ter em consideração a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF. Conforme previsto no §5 desta norma, e tendo em consideração que a data de relato da empresa é 30 de Novembro de 2011, deverá ser preparado um Balanço de Abertura de acordo com as normas contabilísticas de relato financeiro na data de transição, ou seja, a 1 de Dezembro de 2009.

5.3.1 Reconhecimento/Desreconhecimento Activos Intangíveis no Balanço de Abertura

A NCRF n.º 6 – Activos intangíveis, estabelece que as carteiras de clientes, devido aos esforços e relacionamentos criados e mantidos pela entidade para fidelizar os clientes, poderão levar a que estes continuem a fazer negócios com a entidade, levando à existência provável de benefícios económicos futuros.

Para que isso aconteça, têm de existir controlo efectivo da entidade sobre essa carteira de clientes, através de cláusulas de rescisão penalizadoras para o cliente em caso de incumprimento, levando a que estes acabem por cumprir os respectivos contratos na íntegra.

No caso concreto, os contratos dizem respeito a assistência técnica a elevadores, que normalmente pressupõem a realização de manutenções periódicas a esses elevadores, levando à existência de um controlo efectivo que irá gerar benefícios económicos futuros.

Quando a empresa decide adquirir separadamente uma carteira de clientes, não adquirindo o resto do património da empresa, o pagamento do valor estabelecido na compra pressupõe que esse bem intangível irá trazer benefícios económicos futuros para a entidade que o adquiriu.

Nos termos do parágrafo 21 da NCRF 6, um activo intangível deve ser reconhecido se e apenas se verificarem as seguintes condições: a identificabilidade, o controlo sobre o activo, a ocorrência de prováveis benefícios económicos futuros e o custo possa ser medido com fiabilidade.

As carteiras de clientes satisfazem o critério da identificabilidade uma vez que é transferida para a empresa a gestão dos contratos de continuidade e de assistência técnica a elevadores, dependendo, naturalmente, da capacidade de prestação de serviços e de manutenção do cliente.

O critério do controlo sobre a carteira de clientes também é cumprido porque os contratos de manutenção têm cláusulas de rescisão penalizadoras para o cliente em caso de incumprimento, isto é, existem direitos contratuais sobre as carteiras de clientes.

E também como já disse anteriormente, neste caso concreto, os contratos pressupõem a realização de manutenções periódicas a esses elevadores, levando à existência de um controlo efectivo que irá gerar benefícios económicos futuros.

O critério da ocorrência de prováveis benefícios económicos futuros da aquisição das carteiras de clientes também está cumprido, uma vez que a probabilidade de que fluam benefícios económicos futuros para a empresa está reflectido no custo do activo intangível.

Por último, o custo da carteira de clientes adquirida separadamente da entidade pode ser mensurado com fiabilidade, uma vez que esse custo normalmente está definido em dinheiro ou em outros activos monetários.

Assim, os itens do activo reconhecidos na empresa ABC como bens do Imobilizado Incorpóreo, ou seja, as carteiras de clientes, não serão alvo de qualquer ajustamento no que respeita ao reconhecimento na transição para as NCRF. Caso a empresa tivesse gastos da fase de investigação, gastos de constituição/instalação, gastos de formação e de publicidade, teriam de ser desreconhecidos como activos e reconhecidos como gastos.

No entanto, a empresa tem de proceder ao desreconhecimento de algumas carteiras de clientes, pois os contratos de manutenção já não existem ou foram rescindidos e, como tal, já não preenchem os requisitos para serem reconhecidas como activo. Ou seja, deverão ser desreconhecidos:

- as carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa (situação 1);

- as carteiras de clientes totalmente amortizadas mas que incluem contratos de manutenção em vigor e rescindidos sendo que estes últimos terão de ser desreconhecidos (situação 2);
- as carteiras de clientes que ainda estão a amortizar mas que incluem contratos de manutenção em vigor e rescindidos sendo que estes últimos terão de ser desreconhecidos (situação 3).

O quadro 5 apresenta o impacto contabilístico do desreconhecimento das imobilizações incorpóreas à data de 30 de Novembro de 2009.

Quadro 5: Análise contabilística feita aos intangíveis da empresa ABC

Situação 1 - Carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa Data: Nov/2009

Empresa/Carteira	Unidades			Ano Aquis.	Aquisições Acumuladas	Amortizações acumuladas	Carteira sem contratos de manutenção - Valor a desreconhecer	Valor das amortizações das carteiras sem contratos - Valor a desreconhecer
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira					
Total da situação 1					1.318.776,58	-1.318.776,58	1.318.776,58	-1.318.776,58

Situação 2 - Carteiras de clientes totalmente amortizadas mas que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos

Empresa/Carteira	Unidades			Ano Aquis.	Aquisições Acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor das unidades canceladas - Valor a desreconhecer	Valor das amortizações das unidades canceladas - Valor a desreconhecer
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira					
Carteira LG	402	165	237	1999	30.310,95	(30.310,95)	12.441,06	(12.441,06)
Carteira ET	462	244	218	2001	605.768,84	(605.768,84)	319.929,86	(319.929,86)
Carteira ML	285	85	200	2002	573.909,10	(573.909,10)	171.165,87	(171.165,87)
Carteira EA	199	48	151	2002	326.011,78	(326.011,78)	78.636,01	(78.636,01)
Carteira AS	402	165	237	2002	308.741,56	(308.741,56)	126.722,28	(126.722,28)
Carteira AE	5	4	1	2003	41.421,60	(41.421,60)	33.137,28	(33.137,28)
Carteira AT	285	99	186	2004	170.543,03	(170.543,03)	59.241,26	(59.241,26)
Total da situação 2	2.040	810	1.230		2.056.706,86	-2.056.706,86	801.273,63	-801.273,63

Situação 3 - Carteiras de clientes que ainda não estão totalmente amortizadas e que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos

Empresa/Carteira	Unidades			Ano Aquis.	Aquisições Acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor das unidades canceladas - Valor a desreconhecer	Valor das amortizações das unidades canceladas - Valor a desreconhecer	Valor das amortizações das unidades canceladas que ainda faltava amortizar - Valor do Ajustamento
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira						
Carteira V	240	111	129	2005	253.765,40	(232.359,37)	117.366,50	(107.466,21)	(9.900,29)
Carteira S	28	2	26	2005	43.291,20	(41.156,64)	3.092,23	(2.939,76)	(152,47)
Carteira A	560	306	254	2005	702.849,61	(646.790,83)	384.057,11	(353.424,99)	(30.632,12)
Carteira AL	212	28	184	2007	532.819,11	(301.192,58)	70.372,34	(39.780,15)	(30.592,18)
Carteira J	87	4	83	2007	157.941,30	(59.063,71)	7.261,67	(2.715,57)	(4.546,10)
Carteira Q	36	0	36	2008	59.410,00	(17.306,55)	0,00	0,00	0,00
Carteira R	248	48	200	2008	455.224,00	(120.560,58)	88.107,87	(23.334,31)	(64.773,57)
Carteira AS	4	0	4	2009	43.834,40	(4.383,48)	0,00	0,00	0,00
Total da situação 3	1.415	499	916		2.249.135,02	-1.422.813,74	670.257,71	-529.660,99	-140.596,72
Total do activo intangível da empresa ABC	3.455	1.309	2.146		5.624.618,46	-4.798.297,18	2.790.307,92	-2.649.711,20	-140.596,72

Elaboração própria

Relativamente às carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa e dos contratos de manutenção que já se encontram rescindidos e totalmente amortizados deve efectuar o seguinte lançamento contabilístico:

Debitar a conta 448 – *Amortizações Acumuladas* e creditar a conta 445 – *Carteira de clientes* pelo valor de 2.120.050,21€. Este valor refere-se às carteiras de clientes e respectivas amortizações dos contratos cancelados das situações 1 e 2.

Em relação aos contratos de manutenção que já se encontram rescindidos e ainda estão a ser amortizados⁶, temos de proceder ao desreconhecimento sendo o valor correspondente às carteiras e amortizações acumuladas à data referentes aos contratos cancelados da situação 3.

Com base nos valores apresentados no quadro 5 verifica-se ainda que:

- A quantia escriturada referente aos contratos de manutenção que já se encontram rescindidos e ainda estão a ser amortizados corresponde ao valor de 140.596,72 euros.
- A quantia recuperável é zero pois a empresa não espera gerar mais *cash-flow* nem com o uso nem com a venda desses activos. Desta forma, deve registar um ajustamento pelo valor de 140.596,72 euros. O lançamento contabilístico a efectuar será:

Debitar a conta 56 – *Resultados Transitados* pelo valor de 140.596,72 euros e a subconta 448 - *Amortizações Acumuladas* pelo valor de 529.660,99 euros e creditar a sub-conta 445 – *Carteira de clientes* pelo valor de 670.257,71 euros.

O quadro 6 mostra o impacto do desreconhecimento e ajustamento efectuado nas carteiras.

Quadro 6: Impacto do POC versus SNC a 30 de Novembro de 2009

	POC - vida útil definida a 5 anos	Desreconhecimento	Ajustamento	Balanço de abertura 1/12/2009
Activos Intangíveis	5.624.618,46	-2.790.307,92		2.834.310,54
Amortizações acumuladas	-4.798.297,18	2.649.711,20		-2.148.585,98
Total dos Activos Intangíveis	826.321,28	-140.596,72		685.724,56
Resultados Transitados			140.596,72	140.596,72

Elaboração própria

⁶ Uma vez que as unidades das carteiras foram adquiridas no mesmo ano, a atribuição do valor de aquisição foi feito numa base proporcional.

Verifica-se assim, que o valor das carteiras apresentado nas demonstrações financeiras POC encontra-se sobreavaliado em relação ao valor que deverá ser apresentado no balanço de abertura.

5.3.2 Reclassificação dos Activos Intangíveis no Balanço de Abertura

Nesta etapa, a empresa ABC terá que reclassificar os seus activos, isto é, terá que reclassificar os bens, anteriormente registados na sub-conta 433 – *Propriedade Industrial e outros direitos* que incluía activos relacionados com propriedade industrial e outros activos relacionados com outros direitos para a sub-conta 445 – *Carteira de clientes* pelo valor de 5.624.618,46 euros, como podemos verificar no quadro 3.

Sugere-se a criação de uma sub-conta específica para melhor evidenciar a natureza do activo intangível que lhe está subjacente.

Relativamente às amortizações acumuladas, anteriormente registadas na rubrica 48 – *Amortizações Acumuladas*, serão agora reclassificadas para a sub-conta 448 – *Amortizações Acumuladas* pelo valor de 4.798.297,18 euros, e também podemos verificar o valor no quadro 3.

5.3.3 Mensuração dos Activos Intangíveis no Balanço de Abertura

No que respeita à mensuração, dos activos intangíveis, teremos que fazer uma distinção entre os bens que serão mensurados pelo Modelo do Custo, dos que serão mensurados pelo Modelo de Revalorização.

Neste momento, é importante relembrar que as demonstrações financeiras elaboradas na data de transição para as normas, devem ser preparadas tendo em consideração a relação custo/benefício, que esta NCRF 3 define no §9, ao prever excepções à adopção do tratamento retrospectivo de todas as normas.

Embora já referido anteriormente, parece oportuno, também neste ponto voltar a mencionar que a excepção à aplicação retrospectiva das políticas contabilísticas aplicável aos activos intangíveis, prende-se com a possibilidade da empresa ABC poder optar por mensurar os seus

activos intangíveis, antes ou na data de transição para o novo SNC, pelo seu justo valor e utilizá-lo como custo considerado.

Desta forma, a aquisição da carteira de clientes poderá ser revalorizada pelo seu justo valor, utilizando o modelo de revalorização previsto nos §74 a §86 da NCRF 6. No entanto, para se efectuar esta revalorização, o seu justo valor deverá ser determinado com referência a um mercado activo. Ora normalmente para as carteiras de clientes não existe um mercado activo, pois trata-se de activos únicos com características específicas, não se podendo ter como referência qualquer outra transacção comparável. Desta forma, as carteiras de clientes devem ser mensuradas subsequentemente pelo seu custo, ficando sujeita a amortização e a perdas por imparidade.

5.3.4 Alteração da estimativa de vida útil dos Activos Intangíveis

Até à data, as carteiras foram amortizadas a uma taxa de 20%, ou seja, considerando uma vida útil esperada de 5 anos, conforme os critérios fiscais.

De acordo com o §8 da NCRF 6, a vida útil deve ser estimada com base no período durante o qual uma empresa espera que um activo esteja disponível para uso ou no número de unidades de produção ou semelhantes que uma empresa espera obter do activo. Assim, foi efectuada uma análise à vida útil das carteiras de clientes, pois a simples utilização dos critérios fiscais não parece ser aceitável segundo o novo normativo.

5.3.4.1 Estimativa da vida útil das carteiras de clientes

A análise à vida útil das carteiras de clientes foi feita com base na duração histórica dos contratos de manutenção de cada cliente, sendo que estes contratos são de 3 anos renováveis automaticamente, sem qualquer custo significativo para a empresa.

Assim, analisei os contratos que fazem parte da carteira de clientes e que ainda continuam a amortizar, verificando que os contratos de manutenção têm em média uma duração de 12 anos, conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7: Análise da vida útil da amortização das carteiras de clientes à data 30/11/2009

2009	Ano (1)	N.º anos (2)	Unidades adquiridas (3)	Unidades em carteira 30/11/09 (4)	Tx cancelamento da carteira (5=(3-4)/3)	Tx cancel. Anual (6=5/2)	Tx Canc. Ponderada anual (7)	Anos de vida útil (8)
Carteira V	2005	5	240	129	46%	9,3%	2%	
Carteira S	2005	5	28	26	7%	1,4%	0%	
Carteira A	2005	5	560	254	55%	10,9%	4%	
Carteira AL	2007	3	212	184	13%	4,4%	1%	
Carteira J	2007	3	87	83	5%	1,5%	0%	
Carteira Q	2008	2	36	36	0%	0,0%	0%	
Carteira R	2008	2	248	200	19%	9,7%	2%	
Carteira AS	2009	1	4	4	0%	0,0%	0%	
			1.415	916	35%	11%	8%	12

Elaboração própria

Esta análise foi feita com base nas unidades adquiridas de cada carteira e nas unidades em carteira à data de 30/11/2009 e foram feitos os seguintes cálculos:

- Taxa de cancelamento de cada carteira de clientes (coluna 5)

$$\text{Taxa de Cancelamento} = \frac{\text{Unidades adquiridas} - \text{Unidades em carteira}}{\text{Unidades adquiridas}}$$

- Taxa de cancelamento anual (coluna 6)

$$\text{Taxa de Cancelamento Anual} = \frac{\text{Taxa de Cancelamento}}{\text{Número anos na empresa}}$$

- Taxa Anual Ponderada, uma vez que as carteiras não têm a mesma ponderação (coluna 7)

$$\text{Taxa Cancelamento Ponderada Anual} = \frac{\text{Taxa de Cancelamento Anual} * \text{Unidades adquiridas}}{\text{Número total de unidades adquiridas}}$$

- Número médio de anos da vida útil das carteiras (coluna 8)

$$\text{Número médio de anos da vida útil das carteiras} = \frac{100\%}{\text{Taxa de Cancelamento Ponderada Anual}}$$

Com base nestes cálculos, sugiro que a vida útil das carteiras de clientes seja de 12 anos. Esta conclusão também é confirmada pelas empresas do grupo, que amortizam as carteiras de clientes com base na duração média dos contratos de manutenção e em média utilizam uma vida útil de 10 anos.

Desta forma, a empresa tem 2 hipóteses, ou considera que a vida útil é uma estimativa e como tal, o §27 e o §29 da NCRF 4 proíbe a correcção da estimativa. Tal facto, não deve provocar qualquer ajustamento no balanço de abertura.

Por outro lado, se a empresa optar pela alteração da vida útil dos contratos de manutenção, conforme o §33 da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, estamos perante um erro que deve ser corrigido retrospectivamente e a empresa deve fazer a correcção desse erro. Para fazê-lo a empresa deverá identificar todas as carteiras, adquiridas no exercício e em exercícios anteriores, e identificar, qual o valor do ajustamento a efectuar, de modo a que o valor apresentado no balanço relativo a estas carteiras reflecta a realidade da empresa.

5.3.4.2 Análise vida útil de 12 anos às carteiras de clientes da empresa em 30/11/2009

Após a análise para determinar a vida útil esperada foi feita uma simulação do impacto na quantia escriturada dos activos da empresa a 30/11/2009 caso a empresa tivesse utilizado uma vida útil estimada de 12 anos em vez de 5 anos. O quadro 8 apresenta os resultados.

Quadro 8: Análise contabilística feita aos intangíveis com base na vida útil de 12 anos da empresa ABC

Data: Nov/2009

Situação 1 - Carteiras de clientes totalmente amortizadas e cujos contratos já não existem na carteira de clientes da empresa

Empresa/Carteira	Unidades			Ano Aquis.	Aquisições Acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor por amortizar	Carteira sem contratos de manutenção - Valor a desconhecer	Valor das amortizações das carteiras sem contratos - Valor a desconhecer
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira						
Total da situação 1					1.318.776,58	-1.318.776,58	0,00	1.318.776,58	-1.318.776,58

Situação 2 - Carteiras de clientes que ainda não estão totalmente amortizadas e que têm contratos em vigor e contratos já rescindidos

Empresa/Carteira	Unidades			Ano Aquis.	Aquisições Acumuladas	Amortizações acumuladas	Valor por amortizar	Valor das unidades canceladas - Valor a desconhecer	Valor das amortizações das unidades canceladas - Valor a desconhecer	Valor das amortizações das unidades canceladas que ainda faltava amortizar - Valor do Ajustamento
	Adquiridas	Canceladas	Em Carteira							
Carteira LG	402	165	237	1999	30.310,95	(26.732,57)	3.578,38	12.441,06	(10.972,32)	(1.468,74)
Carteira ET	462	244	218	2001	605.768,84	(424.879,53)	180.889,31	319.929,86	(224.395,25)	(95.534,61)
Carteira ML	285	85	200	2002	573.909,10	(383.185,72)	190.723,38	171.165,87	(114.283,46)	(56.882,41)
Carteira EA	199	48	151	2002	326.011,78	(190.173,54)	135.838,24	78.636,01	(45.871,00)	(32.765,00)
Carteira AS	402	165	237	2002	308.741,56	(197.817,66)	110.923,90	126.722,28	(81.193,82)	(45.528,47)
Carteira AE	5	4	1	2003	41.421,60	(20.998,45)	20.423,15	33.137,28	(16.798,76)	(16.338,52)
Carteira AT	285	99	186	2004	170.543,03	(81.718,54)	88.824,49	59.241,26	(28.386,44)	(30.854,82)
Carteira V	240	111	129	2005	253.765,40	(135.875,71)	117.889,69	117.366,50	(62.842,52)	(54.523,98)
Carteira S	28	2	26	2005	43.291,20	(17.136,10)	26.155,10	3.092,23	(1.224,01)	(1.868,22)
Carteira A	560	306	254	2005	702.849,61	(268.449,50)	434.400,11	384.057,11	(146.688,48)	(237.368,63)
Carteira AL	212	28	184	2007	532.819,11	(122.198,29)	410.620,82	70.372,34	(16.139,40)	(54.232,94)
Carteira J	87	4	83	2007	157.941,30	(24.289,54)	133.651,76	7.261,67	(1.116,76)	(6.144,91)
Carteira Q	36	0	36	2008	59.410,00	(7.211,21)	52.198,79	0,00	0,00	0,00
Carteira R	248	48	200	2008	455.224,00	(49.955,77)	405.268,23	88.107,87	(9.668,86)	(78.439,01)
Carteira AS	4	0	4	2009	43.834,40	(1.826,43)	42.007,97	0,00	0,00	0,00
Total da situação 2	3.455	1.309	2.146		4.305.841,88	-1.952.448,56	2.353.393,32	1.471.531,34	-759.581,07	-711.950,27
Total do activo intangível da empresa ABC	3.455	1.309	2.146		5.624.618,46	-3.271.225,14	2.353.393,32	2.790.307,92	-2.078.357,65	-711.950,27

Elaboração própria

Com base numa vida útil de 12 anos, cerca de 2040 contratos de manutenção em elevadores deixariam de estar totalmente amortizados, representando 59% do total dos activos intangíveis.

Refazendo o quadro 6, com base na simulação da vida útil de 12 anos, apresentaríamos os seguintes valores no quadro 9.

Quadro 9: Impacto do POC versus SNC a 30 de Novembro de 2009 (vida útil 12 anos)

	POC - vida útil definida a 12 anos	Desreconhecimento	Ajustamento	Balanço de abertura 1/12/2009
Activos Intangíveis	5.624.618,46	-2.790.307,92		2.834.310,54
Amortizações acumuladas	-3.271.225,14	2.078.357,65		-1.192.867,48
Total dos Activos Intangíveis	2.353.393,32	-711.950,27		1.641.443,06
Resultados Transitados			711.950,27	711.950,27

Elaboração própria

Analizadas as duas situações, ou seja, a situação real da empresa a 30 de Novembro de 2009 em que a empresa utilizou uma vida útil de 5 anos e o estudo feito se a empresa tivesse utilizado uma vida útil de 12 anos para os activos intangíveis, conclui-se que o ajustamento pelo valor dos contratos rescindidos que ainda faltava amortizar, com a amortização a 12 anos, seria muito maior do que nos contratos com a amortização a 5 anos. Tal facto iria ter um impacto muito maior nos ajustamentos a fazer em 1/12/2009, ou seja, no balanço de abertura. Desta forma, enquanto o impacto negativo nos capitais próprios se a vida útil fosse de 5 anos seria de 140.596,72 euros pelo valor dos contratos rescindidos que ainda faltava amortizar, ou seja, cerca 0,30 % dos capitais próprios, no caso da vida útil a 12 anos, o impacto negativo seria de 711.950,27 euros, isto é de 1,20 % dos capitais próprios. Isto porque em exercícios anteriores, as amortizações com vida útil de 5 anos afectaram mais negativamente o resultado da empresa do que com a vida útil a 12 anos.

5.3.4.3 Impacto no Balanço de Abertura da empresa

Tendo como base os quadros 6 e 9, foi calculado o ajustamento que a empresa tem de registar no balanço a 1/12/2009 se optar pela alteração de estimativa da vida útil.

Quadro 10: Valor do ajustamento por alteração da vida útil de 5 anos para 12 anos

Vida útil de 5 anos	Balanço de abertura 1/12/2009
Activos Intangíveis	2.834.310,54
Amortizações acumuladas	-2.148.585,98
Total dos Activos Intangíveis	685.724,56

Vida útil de 12 anos	Balanço de abertura 1/12/2009
Activos Intangíveis	2.834.310,54
Amortizações acumuladas	-1.192.867,48
Total dos Activos Intangíveis	1.641.443,06
Valor do Ajustamento por alteração da vida útil	955.718,50

Elaboração própria

Neste caso, a empresa terá de fazer o seguinte ajustamento no balanço de abertura:

Debitar a sub-conta 448 – *Amortizações acumuladas* e creditar a conta 56 – *Resultados Transitados*, pelo valor de 955.718,50 euros.

Desta forma, conclui que, das duas opções que apresentei anteriormente, a empresa deverá optar por fazer o ajustamento da vida útil dos 5 anos para os 12 anos, não considerando os critérios fiscais mas sim os critérios económicos. A empresa deve considerar uma vida útil de 12 anos, uma vez que é o período médio dos contratos de manutenção e as empresas do grupo também o fazem.

O quadro 11 mostra o impacto do desconhecimento e ajustamento referente aos contratos já rescindidos que ainda compõem o activo intangível, e a situação da empresa se optar pela alteração da vida útil dos 5 anos para os 12 anos.

Quadro 11: Impacto do POC versus SNC a 30 de Novembro de 2009

	POC - vida útil definida a 5 anos	Desreconhecimento	Ajustamento	Ajustamento de alteração da vida útil de 5 anos para 12 anos	Balanço de abertura 1/12/2009
Activos Intangíveis	5.624.618,46	-2.790.307,92	0,00	0,00	2.834.310,54
Amortizações acumuladas	-4.798.297,18	2.649.711,20	0,00	955.718,50	-1.192.867,48
Total dos Activos Intangíveis	826.321,28	-140.596,72	0,00	955.718,50	1.641.443,06
Resultados Transitados			140.596,72	-955.718,50	-815.121,78

Elaboração própria

Se a empresa fizesse apenas, o desreconhecimento dos contratos cancelados e optasse por não fazer o registo o ajustamento de alteração da vida útil, teríamos um valor de activos intangíveis de cerca de 685.724,56 euros, que podemos verificar no quadro 6.

Se a empresa optar por fazer a alteração da vida útil, teríamos um valor de activos intangíveis de 1.641.443,06 euros. Esta alteração da vida útil provoca um crescimento cerca de duas vezes superior nos activos intangíveis.

O quadro 12 mostra o impacto total da alteração do normativo se a empresa optar pela alteração da vida útil. Os capitais próprios tiveram um acréscimo de cerca de 1% e os activos intangíveis um acréscimo de cerca de 99% em 1/12/2009.

Quadro 12: Impacto no activo e nos capitais próprios da empresa em 1/12/2009

	POC - vida útil definida a 5 anos	Balanço de abertura 1/12/2009	Impacto %
Total dos Activos Intangíveis	826.321,28	1.641.443,06	99%
Capitais próprios	59.608.114,44	60.423.236,22	1%

Elaboração própria

5.3.4.4 Impacto no Balanço à data de relato das últimas demonstrações financeiras POC

Durante o exercício de 2009, a empresa não adquiriu contratos de manutenção nem houve contratos cancelados. Desta forma, o resultado do exercício de 2009 só vai ser afectado pelas amortizações com a vida útil a 5 anos pelo valor de 285.109,03 euros, e os capitais próprios a 30/11/2010 vão ter o impacto negativo cerca de 0,11%. Sendo assim, o lançamento a efectuar será:

Debitar a conta 56 – *Resultados Transitados* e creditar a conta 448 – *Amortizações acumuladas*, pelo valor 73.711,13 euros, conforme se pode verificar no quadro 13.

Quadro 13: Amortizações do exercício 2009 a 5 anos vs 12 anos

Carteira	Ano Aquis.	Amortizações do exercício a 5 anos	Amortizações do exercício a 12 anos	Erro a contabilizar em 1/12/2010
Carteira LG	1999	0,00	(2.525,91)	
Carteira ET	2001	0,00	(50.480,74)	
Carteira ML	2002	0,00	(47.825,76)	
Carteira EA	2002	0,00	(27.167,65)	
Carteira AS	2002	0,00	(25.728,46)	
Carteira AE	2003	0,00	(3.451,80)	
Carteira AT	2004	0,00	(14.211,92)	
Carteira V	2005	(13.622,40)	(21.147,12)	
Carteira S	2005	(2.134,56)	(3.607,60)	
Carteira A	2005	(56.058,78)	(58.570,80)	
Carteira AL	2007	(74.029,80)	(44.401,59)	
Carteira J	2007	(31.588,08)	(13.161,78)	
Carteira Q	2008	(11.881,80)	(4.950,83)	
Carteira R	2008	(91.044,84)	(37.935,33)	
Carteira AS	2009	(4.748,77)	(3.652,87)	
		-285.109,03	-358.820,16	73.711,13

Elaboração própria

Se a empresa optar por não corrigir a vida útil, o resultado do exercício de 2009 só vai ser afectado pelas amortizações com a vida útil a 5 anos, ou seja, pelo valor de 285.109,03 euros.

Desta forma, a aplicação dos 12 anos como vida útil dos activos intangíveis reflecte de forma mais apropriada o valor do activo da empresa bem como os resultados da mesma.

A empresa ABC deverá realizar um teste de imparidade aos seus activos sempre que se verifique algum indicador interno ou externo à empresa de que as carteiras possam estar sujeitas a imparidade. Se a empresa se deparar com esta situação terá que reconhecer uma perda de imparidade, de modo a garantir que o valor das carteiras apresentado como activo intangível é o valor que a empresa espera recuperar com a utilização ou venda desse bem.

Esta perda de imparidade será registada creditando a sub-conta de Activos “Perdas por imparidade acumuladas” e debitando a conta de gasto “Perdas por imparidade em activos

intangíveis” pelo valor efectivo da perda. Caso a situação se inverta, a empresa deverá registar uma reversão de perda por imparidade com impacto positivo no resultado líquido do período.

5.4 Divulgação no anexo às demonstrações financeiras

Divulgar, significa dar a conhecer outras informações importantes que sejam relevantes para os utilizadores das demonstrações financeiras para que estes possam ter acesso ao conhecimento da situação real das entidades e tomar as decisões mais acertadas.

No que concerne ao âmbito da apresentação e divulgação da informação financeira, não estão previstas excepções. Assim, as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as NCRF devem incluir, pelo menos, um ano de informação comparativa de acordo com as NCRF.

A NCRF 3 requer ainda que as entidades expliquem de que forma a transição do POC para as NCRF afectou a posição financeira (balanço), o seu desempenho financeiro (demonstração dos resultados) e os seus fluxos de caixa (demonstração dos fluxos de caixa) relatados.

As divulgações devem constar nas notas do anexo às demonstrações financeiras e podem consistir em texto explicativo ou quadros suplementares para que melhor se compreendam as demonstrações financeiras.

A empresa deve divulgar no anexo às demonstrações financeiras:

- se as vidas úteis são definidas ou indefinidas e, quando são definidas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;
- os métodos de amortização usados;
- a quantia bruta contabilizada e o montante das amortizações acumuladas no início e fim do período;
- os itens de cada linha da demonstração dos resultados que incluam amortização de activos intangíveis

- a reconciliação da quantia registada no início e no fim do período onde mostre as adições, revalorizações, alienações, abates, amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

Nas divulgações da empresa ABC à data de 30/11/2011 (exercício de 2010) ou seja, nas notas do anexo às demonstrações financeiras, devem constar informações referentes aos ajustamentos e reconhecimentos/desreconhecimentos que tiveram de ser considerados no balanço de abertura. Desta forma, vou apresentar a informação que acho necessária divulgar nos anexos às demonstrações financeiras relativamente aos activos intangíveis da empresa ABC.

Deve constar a reconciliação dos valores obtidos segundo o POC e segundo o SNC para as seguintes rubricas:

- capitais próprios do balanço de abertura a 1/12/2009,
- capitais próprios à data de 30/11/2010, e
- resultado líquido a 30/11/2010.

As principais alterações das carteiras de clientes devem ser apresentadas no anexo às demonstrações financeiras.

- Imobilizado incorpóreo – desreconhecimento dos contratos de manutenção que já se encontram rescindidos, e das respectivas amortizações do exercício. Desta forma, este desreconhecimento provocou uma diminuição de 2.790.307,92 euros no valor do activo bruto e de 2.649.711,20 euros no valor das amortizações.

Como a empresa não espera gerar mais *cash-flow* nem com o uso nem com a venda desses activos, esta deve registar um ajustamento negativo nos capitais próprios no valor de 140.596,72 euros referente aos contratos rescindidos que ainda faltava amortizar, em 1/12/2009.

Houve também, um ajustamento positivo nos capitais próprios no valor de 955.718,50 euros pela alteração da estimativa da vida útil das carteiras de clientes de 5 anos para 12 anos, em 1/12/2009.

Em 30/11/2010, a empresa deve registar um ajustamento negativo nos capitais próprios no valor de 73.711,13 euros pela alteração da vida útil de 5 anos para 12 anos referente às amortizações do exercício de 2009.

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Amortizações

As vidas úteis para os activos intangíveis antes da transição para o SNC eram de 5 anos. Durante o exercício de 2010, a empresa calculou a duração média dos contratos de manutenção com vista a obter uma melhor estimativa de vida útil das carteiras de clientes. Desta análise concluiu que a vida útil deveria ser de 12 anos. Sendo assim, no exercício de 2010, a empresa irá utilizar uma vida útil de 12 anos nas carteiras de clientes adquiridas.

6. Conclusão

Os recursos intangíveis são hoje em dia de extrema importância no processo de criação de valor das empresas e determinantes no processo de avaliação das empresas no mercado. No entanto, a sua identificação, mensuração e divulgação ainda é bastante complexa, pois não lhes está atribuída uma substância física, e possuem um elevado grau de incerteza relativamente aos benefícios económicos futuros gerados. As limitações impostas pelas normas contabilísticas ao seu reconhecimento, para garantir a fiabilidade da informação financeira, deixam de fora do balanço muitos intangíveis aumentando o *gap* entre o valor contabilístico e o valor de mercado das empresas. Os recursos organizacionais que não possuem um valor quantificável por si próprio e que seja de difícil avaliação em termos monetários, acabam sempre por aparecer reflectidos no valor dos activos intangíveis da empresa.

Da análise comparativa realizada aos dois normativos, POC e SNC, relativamente à contabilização dos Activos Intangíveis, as principais diferenças detectadas foram: a introdução do justo valor como possibilidade de mensuração subsequente, as despesas de investigação e desenvolvimento e as despesas de instalação que passam a ser reconhecidas como gastos do exercício, e a possibilidade de utilizar uma vida útil indefinida nos activos intangíveis, ficando estes sujeitos a testes de imparidade.

Da análise efectuada ao impacto do novo normativo no reconhecimento/desreconhecimento, reclassificação, mensuração e divulgação dos Activos Intangíveis da empresa ABC, compostos na íntegra por carteiras de clientes adquiridas, conclui que a empresa deve proceder ao desreconhecimento de cerca de 38% dos contratos de manutenção em elevadores e deve alterar a estimativa de vida útil das carteiras de clientes de 5 para 12 anos. O impacto destes ajustamentos no capital próprio à data de 30/11/2010 será de 741.410,65 euros, cerca de 1%.

A razão destes desreconhecimentos deveu-se ao facto das carteiras de clientes serem constituídas por contratos de manutenção já rescindidos e que já não vão gerar *cash-flow* nem com o uso nem com a venda desses activos para a empresa. Tal facto, estava a sobreavaliar os activos intangíveis da empresa.

No que diz respeito à mensuração dos activos intangíveis, a empresa deve optar pelo modelo do custo como mensuração subsequente, porque devido à inexistência de um mercado activo para as carteiras de clientes e tratando-se de activos únicos com características específicas, não se pode ter como referência qualquer outra transacção comparável. Estudos empíricos quer nacionais quer internacionais revelam, de facto, que a maioria esmagadora das empresas opta pelo modelo de custo na mensuração subsequente dos seus activos intangíveis.

É importante referir que na empresa ABC, até à data, as carteiras foram amortizadas a uma taxa de 20%, ou seja, considerando uma vida útil esperada de 5 anos, tendo em conta os critérios fiscais. Tendo em conta os critérios económicos, a vida útil das carteiras de clientes deve ter em consideração a duração dos contratos de manutenção. Desta forma, e com base nos resultados da análise desenvolvida, sugiro que a vida útil estimada das carteiras seja de 12 anos, de forma a reflectir mais apropriadamente o valor do activo da empresa.

Todo o processo de reconhecimento e mensuração dos activos intangíveis denota alguma subjectividade e complexidade, tal como ilustrado na revisão da literatura e demonstrado no estudo aplicado à empresa ABC. Nomeadamente, os diferentes tratamentos contabilísticos, e consequentemente, impactos nas demonstrações financeiras das carteiras de clientes adquiridas e geradas internamente.

Assim, como futuro estudo seria interessante estimar o valor das carteiras de clientes geradas internamente, que representam cerca de 94% do total de carteira de clientes da empresa, de forma a quantificar o impacto nas demonstrações financeiras destes recursos intangíveis, caso fosse possível o seu reconhecimento.

7. Bibliografia

Activos Intangíveis, Consultório Técnico da *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* n.º 122, Maio 2010, pp. 68-70.

Alberto, F. (2003), Activos intangíveis identificáveis desde a valorização aos modelos de indicadores não financeiros, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, *Working paper*, pp. 1-22.

Amorim, J. (2010), Alterações ao Código IRC decorrentes do novo sistema de normalização contabilística, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Artola, M. (1999), Intangible assets: still work to do, 22. º Congresso Anual da *European Accounting Association*, França.

Brennan, B. (1992), Mind over matter, *CA Magazine*. Vol. 125, n. 6, pp. 20-24.

Brockington, R. (1995), Accounting for Intangible Assets. A New Perspective on the True and Fair View, London: The Economist Intelligence Unit.

Callao, S., J. I. Jarne e J. A. Laínez (2007), Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting, *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 16, pp. 148-178.

Cañibano, L., Garcia-Ayuso, M. e Sanchez, P. (2000), Accounting for Intangibles: A Literature Review, *Journal of Accounting Literature*, 19, pp. 102-30.

Carvalho, A. (2001), Activos Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração – Um Teste Empírico, *Tese de Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais*, Universidade Aberta.

Carvalho, R. (2002), Activos intangíveis: sua importância e dificuldades associadas ao seu reconhecimento, *XII Jornadas Luso-Espanholas de gestão científica*, Covilhã, UBI.

Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 6 – Activos intangíveis.

Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 12 – Imparidade de activos.

Conceição, L. (2009), A opção pelo “justo valor” como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal, *Tese de Mestrado em Contabilidade*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Fernandes, P. (2007), O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados: a experiência ibérica, *Tese de Mestrado em Ciências Empresariais*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Garcia-Ayuso, M. (2003), Factors Explaining the Inefficient Valuation of Intangibles Accounting, *Auditing & Accountability Journal*, 16, pp. 57-69.

Grojer, Jan-Erik (2001), Intangibles and accounting classifications: in search of a classification strategy, *Accounting, Organizations and Society*, 26, pp. 695–713

Gomes, P., Serra, S. e Ferreira, E. (2005a), Activos Intangíveis: o grau de adaptação das empresas portuguesas cotadas na Euronext relativamente à IAS 38, *Contabilidade e Gestão*, N.º 2, pp. 15-53

Gomes, P., Serra, S. e Ferreira, E. (2005b), Medida e divulgação do capital intelectual: as empresas portuguesas cotadas na Euronext em 2003, *Revista del Instituto International de Costos*, ISSN 1646-6896, nº 1, Jan./Jun. 2007, pp. 88-115

Guerreiro, M. (2006), Impacto da adopção das Internacional Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, *Contabilidade e Gestão*, nº3, pp.7-32

Guimarães, Mário (2010), Alterações ao Código do IRC decorrentes da adopção do SNC, *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, Janeiro 2010, pp. 37-46.

Hendriksen, E. (1982), *Accounting theory*, New York: Irwin.

IASB (2004), “IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, *Jornal Oficial da União Europeia* L111 de 17.4.2004, pp. 5-17.

IASB (2004) International Accounting Standard nº 38 – Intangible Assets, London, IASB, 2.^a revisão da norma.

KPMG (2006), *The Application of IFRS Choices in Practice*, disponível na Internet

Leote, F. e Rita, R., A relação dos activos intangíveis com a estrutura financeira da empresa, Ayala Calvo, J.C. y grupo de investigacion FEDRA

Lev, B. (2003), Remarks on the Measurement, Valuation, and Reporting of Intangible Assets, *Economic Policy Review – Federal Reserve Bank of New York*, September: pp. 17-22.

Lev, B. (eds) (2001) *Intangibles: Management, Measurement and Reporting*. Washington: Brookings Institution Press.

Marques, M. (2009), Os activos intangíveis nas contas das empresas do PSI 20: uma evidência empírica, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, *Pecunia*, 8 (2009), pp. 183-201.

Marr, B. (2007), Measuring and managing intangible value drivers, *Business Strategy Series*, vol. 8 no 3 2007, pp. 172-178

Martins, C. (2001), O valor dos activos intangíveis e o capital intelectual, *Revista de Contabilidade e Comércio*, n.º 229, pp. 63-90.

Melymuka, K. (2004), Measuring Intangible Assets. *Computerworld* 38(6), 42, Fevereiro

Moreira, A. e Pereira, A. (2004), A Contabilidade e a Intangibilidade da informação, *Cadernos BAD* 2 (2004), pp. 92-105

Mortensen, J., Eustace, C. e Lannoo, K. (1997), Intangibles in the European Economy, paper presented at the CEPS Workshop on Intangibles in the European Economy, Brussels.

Navaza, Calos L. e Cabarcos M. (2007), Empresas Valiosas – Do Capital Intelectual à Criação de Valor. *Porto: Vida Económica*.

Pedro, José Maria (2009), Os teóricos da gestão de conhecimento na valorização dos activos intangíveis – uma proposta de cálculo, *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, Setembro 2009, pp. 46-52.

Reilly, R. e Schweiss, R. (1998), Valuing intangible assets. New York: McGraw-Hill.

Rodrigues, J. (2009), Sistema de normalização contabilística explicado, Porto Editora.

Rodrigues, L. (2010), A adopção pela primeira vez do SNC – A norma contabilística e de relato financeiro, *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, Janeiro, pp. 31-36.

Russo, J. (2006), Balanced Scorecard para PME, Lisboa: Lidel.

Stolowy, H. e Jeny-Cazavan, A. (2001), International Accounting Discharmony: The Case of Intangibles, *Accounting, Auditing & Accountability*.

Sveiby, K. (2005), Methods for Measuring Intangible Assets.